

Encerra em agosto prazo do pagamento do IPVA para veículos de placas com finais 7, 8, 9 e 0



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-Ba) alerta os contribuintes para as datas de vencimento do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) em agosto. Os donos de automóveis de placas com finais 7, 8, 9 e 0 possuem prazos terminando neste mês. O calendário completo está disponível no endereço www.sefaz.ba.gov.br, Canal Inspetoria Eletrônica, IPVA, Calendário.

Os proprietários de automóveis com placas de finais 7 e 8 devem pagar até os dias 30 e 31/08, respectivamente, a terceira cota, para quem parcelou o tributo, ou a cota única sem desconto. Por serem os prazos finais para essas placas, caso percam as datas, esses contribuintes já serão considerados inadimplentes com o IPVA 2021. Já os donos de veículos com placas 9 e 0 que dividiram o imposto em três vezes precisam quitar a segunda cota até 30 e 31 de agosto, respectivamente.

Como fazer o pagamento

Para efetuar o pagamento, o contribuinte deve dirigir-se a uma agência ou caixa eletrônico do Banco do Brasil, do Bradesco ou do Bancoob, com o número do Renavam em mãos. Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela.

Os débitos anteriores do IPVA ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o IPVA 2021. No entanto, o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - IPVA

Agosto: atenção aos veículos com vencimento do IPVA



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-Ba) alerta os contribuintes para as datas de vencimento do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) em agosto. Os donos de automóveis de placas com finais 7, 8, 9 e 0 possuem prazos terminando neste mês. O calendário completo está disponível no endereço, Canal Inspetoria Eletrônica, IPVA, Calendário.

Os proprietários de automóveis com placas de finais 7 e 8 devem pagar até os dias 30 e 31/08, respectivamente, a terceira cota, para quem parcelou o tributo, ou a cota única sem desconto. Por serem os prazos finais para essas placas, caso percam as datas, esses contribuintes já serão considerados inadimplentes com o IPVA 2021. Já os donos de veículos com placas 9 e 0 que dividiram o imposto em três vezes precisam quitar a segunda cota até 30 e 31 de agosto, respectivamente.

Para efetuar o pagamento, o contribuinte deve dirigir-se a uma agência ou caixa eletrônico do Banco do Brasil, do Bradesco ou do Bancoob, com o número do Renavam em mãos. Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela. Os débitos anteriores do IPVA ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o IPVA 2021. No entanto, o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes.

Todas as informações poderão ser consultadas por meio do site, Canal Inspetoria Eletrônica - IPVA, ou pelo call center da Sefaz-Ba, no 0800 071 0071 (ligações de telefone fixo) e no 71 3319-2501 (para ligações de celular ou de telefone fixo).

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - IPVA

Automóveis de placas com finais 7, 8, 9 e 0 têm vencimento do IPVA em agosto



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-Ba) alerta os contribuintes para as datas de vencimento do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) em agosto. Os donos de automóveis de placas com finais 7, 8, 9 e 0 possuem prazos terminando neste mês. O calendário completo está disponível no endereço www.sefaz.ba.gov.br, Canal Inspetoria Eletrônica, IPVA, Calendário.

Os proprietários de automóveis com placas de finais 7 e 8 devem pagar até os dias 30 e 31/08, respectivamente, a terceira cota, para quem parcelou o tributo, ou a cota única sem desconto. Por serem os prazos finais para essas placas, caso percam as datas, esses contribuintes já serão considerados inadimplentes com o IPVA 2021. Já os donos de veículos com placas 9 e 0 que dividiram o imposto em três vezes precisam quitar a segunda cota até 30 e 31 de agosto, respectivamente.

Como fazer o pagamento

Para efetuar o pagamento, o contribuinte deve dirigir-se a uma agência ou caixa eletrônico do Banco do Brasil, do Bradesco ou do Bancoob, com o número do Renavam em mãos. Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela. Os débitos anteriores do IPVA ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o IPVA 2021. No entanto, o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes.

Todas as informações poderão ser consultadas por meio do site www.sefaz.ba.gov.br, Canal Inspetoria Eletrônica - IPVA, ou pelo call center da Sefaz-Ba, no 0800 071 0071 (ligações de telefone fixo) e no 71 3319-2501 (para ligações de celular ou de telefone fixo).

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - IPVA

veículo: Bahia Econômica	
Data: 11/08/2021	



INDÚSTRIA SE MANIFESTA CONTRA REFORMA TRIBUTÁRIA



admin 11 Agosto, 2021

As Entidades da indústria, dos secretários de Fazenda dos Estados, do Fisco, organizações da sociedade civil e movimentos sociais divulgaram, nesta quarta-feira (11), o Manifesto em Defesa de uma Reforma Tributária Ampla e Justa, em que pedem uma reforma completa dos tributos sobre o consumo de bens e serviços. O documento cita as distorções que tornam o modelo tributário brasileiro ineficiente e destaca a urgência da reforma completa, incluindo os tributos federais (PIS, Cofins e IPI), estadual (ICMS) e municipal (ISS).

“É um debate maduro e com um nível de consenso histórico, que reafirma não apenas a urgência da reforma tributária, mas a importância de uma reforma ampla dos tributos sobre o consumo. Uma reforma que torne o país mais justo e favoreça os investimentos e o crescimento econômico”, diz o documento.

Assinam o manifesto a Confederação Nacional da Indústria (CNI), o Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz), o Sindifisco Nacional, a Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais (Febrafite), a Federação Nacional dos Auditores e Fiscais de Tributos Municipais (Fenafim), o Centro de Cidadania Fiscal (CCiF), o Destrava Brasil, o movimento Pra Ser Justo e o Centro de Liderança Pública (CLP).

Para as entidades signatárias, a reforma deve ser realizada sob as seguintes premissas:

- simplificação legal e operacional;
- base de incidência ampla de bens e serviços;
- homogeneidade das regras;
- não cumulatividade plena;
- incidência sobre o preço líquido de tributos;
- crédito financeiro e ressarcimento ágil de créditos acumulados;
- adoção do princípio de destino;
- redução da regressividade;
- fim da guerra fiscal;
- preservação do Simples Nacional;
- manutenção da carga tributária global;
- e o fortalecimento institucional da Administração Tributária, estimulando uma relação respeitosa e construtiva entre o fisco e os contribuintes e garantindo um ambiente concorrencial saudável e o efetivo combate à sonegação e à corrupção.

As instituições afirmam que o tema da reforma dos tributos sobre o consumo está maduro e que a única forma de avançar é por meio de uma reforma que trate conjuntamente dos tributos federais, estaduais e municipais. As entidades admitem a implementação em ritmos diferentes dos tributos que venham a ser criados, tendo como objetivo chegar, no futuro, a uma unificação completa. “É insuficiente uma mudança focada apenas nos tributos federais – que não apenas será um desperdício do consenso político construído nos últimos anos, como pode até mesmo dificultar uma reforma mais ampla no futuro”, avaliam no manifesto.

“Uma reforma nos moldes propostos resultará num sistema mais justo, solidário, transparente e eficiente. Mais justo, porque favorecerá sobretudo os mais pobres. Mais transparente, porque os

consumidores saberão qual o valor do imposto incidente em suas compras. Mais solidário, porque contribuirá para alinhar os interesses dos entes da federação. Mais eficiente, porque resolverá todos os problemas do atual modelo de tributação do consumo. No final, todos serão beneficiados”, concluem as entidades signatárias.

Troller, o fim de um sonho de incentivos fiscais no Nordeste

Empresa fundada por brasileiros no Ceará serviu de trampolim para a Ford obter redução de impostos

Por Marli Olmos — De São Paulo

12/08/2021 05h00 · Atualizado há 6 horas

Quando decidiu comprar a Troller, em 2007, não era exatamente nos jipes produzidos pela empresa brasileira que a Ford estava interessada. O que a atraiu à cidade de Horizonte, no Ceará, foi a chance de participar de um programa de incentivos fiscais especialmente criado para empresas do setor automotivo no Nordeste.

O prazo para a inscrição ao programa havia se encerrado havia vários anos. Mas existia uma brecha: a compra de alguma empresa do setor na região permitiria aderir ao programa. O Ceará serviu, assim, de ponte para a Ford obter incentivos fiscais e aproveitá-los na fábrica que erguera em Camaçari, na Bahia - uma então moderna linha de modelos compactos e do Ecosport, primeiro utilitário esportivo produzido no Brasil.

Ao adquirir a Troller, nesse pacote, a Ford decidiu manter a linha de produção dos jipes em Horizonte, na empresa que nascera brasileira, em 1995.

Em janeiro de 2021, a Ford anunciou o encerramento das atividades industriais no país. A empresa já havia fechado a fábrica de São Bernardo do Campo (SP) no ano anterior. Restavam Camaçari, Taubaté (SP), onde eram produzidos motores, e a do

Ceará. Ao decidir por esticar a produção do modelo Troller T4 até o fim do ano, surgiram rumores sobre interessados na compra da unidade.

Ao ser consultada por jornalistas sobre novas informações, que surgiram nos últimos dias, indicando a iminência da venda da unidade cearense, a Ford buscou eliminar especulações. Disse que o que está à venda são os ativos da fábrica e não a marca Troller. “Como anunciado em janeiro, a produção da Troller será encerrada no último trimestre do ano”, afirmou a empresa por meio de nota. A produção dos jipes termina no fim de setembro e a de peças para reposição, em novembro, destacou.

O processo segue, destaca a empresa, o que “está sendo feito em Camaçari e Taubaté”. Isso significa a venda dos ativos (propriedade, equipamentos, maquinário); “Mas não iremos nos desfazer da marca”. Segundo a nota, negociações com potenciais interessados nos equipamentos e propriedade continuam, mas não há nada conclusivo.

Desde que a Ford decidiu parar de produzir no Brasil surgiram vários rumores a respeito de prováveis candidatos à compra de suas fábricas. O mais longo e polêmico envolveu a antiga fábrica em São Bernardo, o governador de São Paulo, João Doria (PSDB) e o empresário Carlos Alberto Oliveira Andrade, do grupo CAO A.

Doria chegou a convocar a imprensa para anunciar, ao lado dos dirigentes da Ford e de Andrade, a assinatura de um contrato de intenção de compra. Mas o negócio não foi adiante. Voltou-se a falar em CAO A de olho em Camaçari, tempos depois. Mas não há, até agora, qualquer informação de negociações nesse sentido. Em junho, a Ford pagou R\$ 2,5 bilhões ao governo da Bahia a título de devolução de incentivos fiscais.

Mas a Troller não foi o único caso de montadora que adquiriu empresa local para “pegar carona” no programa de incentivos do Nordeste. O grupo Fiat Chrysler, hoje parte de uma nova montadora, a Stellantis, seguiu caminho semelhante. Para se enquadrar na lei dos incentivos, a Fiat Chrysler comprou a TCA, fabricante de componentes elétricos (chicotes), de origem argentina, instalada em Jaboatão (PE).

Com a aquisição, a montadora não só passou a usufruir dos benefícios como obteve o direito de mudar o produto fabricado. Foi assim que em 2015 foi inaugurada a

fábrica de veículos em Goiana, a poucos quilômetros dali.

Em ambos os casos, o governo federal abriu uma brecha, por meio de medida provisória, para estender a novos participantes os incentivos previstos na lei 9.440, criada em 1997 com o objetivo de descentralizar a indústria automotiva no Brasil.

Um dos principais benefícios do chamado Regime Automotivo do Nordeste era o crédito presumido sobre desconto de 32% no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Nos anos seguintes à criação da lei, o regime sofreu atualizações e várias prorrogações. A mais recente estendeu o fim dos benefícios de dezembro de 2018 para 2025. Foi uma decisão tomada às pressas, na véspera de mudança de governo, e assinada junto com a lei que criou o programa Rota 2030.

Sob o argumento de que os benefícios são necessários para compensar custos com a logística em fábricas distantes dos maiores mercados consumidores e de fornecedores, representantes das montadoras participaram ativamente de todas as mobilizações para prorrogar os incentivos. Não apenas da Ford e da FCA como também de outras que tiraram proveito do regime - estendido ao Centro-Oeste, como o grupo CAOA e a Mitsubishi.

Ao longo dos anos, os governos têm se mostrado generosos ao atender o apelo das empresas e perceberam que o regime do Nordeste e Centro-Oeste de fato ajudou a levar riqueza a regiões pelas quais, no passado, nenhum fabricante de veículos havia se interessado. Mas o caso da Ford mostra como as negociações entre empresas e políticos nem sempre são duradouras.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Você não vai acreditar na tecnologia e na proteção que essa carteira lhe proporciona

CARTEIRA KNUP

Saiba Mais

LINK PATROCINADO

Por que os idosos estão delirando com essa Joelheira?

KNEE ELITE

Saiba Mais

LINK PATROCINADO

Especialistas recomendam! Alívio imediato para lombar, ciático, cóccix e pernas.

MELHOR POSTURA

LINK PATROCINADO

Garanta a sua enquanto há estoque disponível

KNEE ELITE

LINK PATROCINADO

Se você faz a barba todo dia, você precisa disso!

G3 NOTÍCIAS

Leia Mais

LINK PATROCINADO

Bomba portátil vira sensação em Salvador.

BOMBA SMART PRO

Saiba Mais

Mais do Valor **Econômico**

Serviços às famílias estão longe de recuperar nível pré-pandemia, diz IBGE

Serviços de caráter mais presencial, como alojamento, alimentação, atividades de condicionamento físico, manicure e cabeleireiro, sentiram maior impacto da pandemia

Fundo para precatório terá meta no resultado primário

Restrição fiscal ajudará a conter trajetória da dívida, indica Tesouro

Por Fabio Graner — De Brasília

12/08/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas



Jefferson Bittencourt: fundo "terá o mesmo tratamento para a estatística de resultado primário que toda receita e despesa" — Foto: Ailton de Freitas/Agência O Globo

Apesar de estar fora do teto de gastos, as despesas do fundo de liquidação de passivos que está sendo criado na Proposta de Emenda Constitucional (PEC) dos precatórios vai sensibilizar o resultado primário e, portanto, estará sujeito à meta para esse indicador, definida anualmente na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). A informação foi confirmada ao **Valor** pelo secretário do Tesouro Nacional, Jefferson Bittencourt, um dos responsáveis pelo desenho da PEC.

Essa é uma questão importante porque, mesmo sem as amarras do limite constitucional de despesas, o fundo criado para antecipar a liquidação de parcelas dos precatórios estará sujeito a uma restrição fiscal, que durante anos foi tratada como a principal regra nesse front. É o resultado primário que tem impacto de fato na trajetória de endividamento, pois inclui as receitas e despesas do governo.



Visa
Sponsored

PROMOÇÃO

QUADRO DE MEDALHAS

COMPRE COM SEU
CARTÃO CAIXA VISA CADASTRADO,
ACUMULE MEDALHAS E CONCORRA
A PRÊMIOS TODA SEMANA.

CADASTRE-SE PARA PARTICIPAR

cartões
CAIXA

PROMOÇÃO VÁLIDA DE 16/7 A 09/09/21. CERTIFICADO DE AUTORIZAÇÃO SECAP Nº: 04.013879/2021 E 05.013877/2021.
CONSULTE REGULAMENTOS EM WWW.VAIDEVISA.COM.BR/QUADRODEMEDALHAS.

Veja mais

Visa Faça compras com seu cartão CAIXA Visa cadastrado na promoção e concorra a TVs, Smartphones, videogames e prêmios de até R\$ 500.

...

“O fundo de liquidação de passivos, por ser um fundo contábil, terá o mesmo tratamento para a estatística de resultado primário que toda e qualquer receita e despesa. Isso é importante para o acompanhamento do esforço fiscal”, disse Bittencourt ao **Valor**. Na entrevista coletiva da véspera, o secretário já havia destaca que o fundo será parte integrante do orçamento da União. Mas não estava claro qual seria o efeito sobre o resultado primário.

O fundo será composto por receitas de diversas fontes, como imóveis, privatizações, óleo da partilha do pré-sal e dividendos (aqueles que excederem o volume de despesas das estatais). A PEC prevê que esse dinheiro inicialmente será usado para antecipar a quitação dos precatórios cujos pagamentos forem parcelados e também para pagar dívida pública.

Chegou-se a discutir a possibilidade de esse fundo também pagar um bônus para a população mais vulnerável, no âmbito do Bolsa Família, mas a ideia não avançou.

A leitura do técnico do governo sobre o fundo afetar o resultado e estar submetido à meta fiscal, contudo, não é consensual. O diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), Felipe Salto, está com um entendimento de que não haverá sensibilização do primário.

“Eu entendi que tudo que for pago com o fundo está fora do orçamento e fora do teto. É um orçamento paralelo o que se está criando, ainda que apenas para amortizar dívida e/ou pagar precatório”, disse Salto. “Ele está no orçamento agregado, mas não no primário. É como amortização, igualzinho, e amortização não é primário. Entendo assim”, completou o chefe da IFI, que tem feito duras críticas à PEC dos precatórios.

Para Leonardo Ribeiro, analista do Senado e especialista em contas públicas, o fundo é um mero instrumento de gestão que, na prática, cria uma nova vinculação de receita para custear algumas despesas da União. Ele reconhece que o instrumento terá, pelo menos em parte, impactos no saldo primário das contas do governo central.

“O que afeta o resultado primário é o fluxo agregado de receitas e despesas primárias. A PEC aponta para um relaxamento fiscal, portanto ela é deficitária. O impacto fiscal do fundo no primário vai depender do quanto ele vai arrecadar e gastar com receitas e despesas primárias”, salientou Ribeiro. “Nota-se que há receitas e despesas de natureza financeira no fundo que não impactam o primário”, completou.

Armando Avena



ANÁLISE ECONÔMICA, FATOS E NEGÓCIOS

atarde.com.br/colunista/armandoavena
armandoavena@grupoatarde.com.br

As finanças do Esporte Clube Bahia

A pandemia afetou as finanças do Esporte Clube Bahia. A suspensão de público nos estádios e dos contratos de TV, além da redução pela metade do número de sócios, fez as receitas despencarem em 2020. O faturamento do clube, que foi de R\$ 190 milhões em 2019, caiu para R\$ 128 milhões, gerando, mesmo com a redução de despesas, um déficit de R\$ 50 milhões em 2020. Em contato com esta coluna, o presidente do Bahia, Guilherme Bellintani, disse que enfrentou a situação reduzindo as despesas e fez um acordo com os jogadores adiando o pagamento de 13º salário, férias e contratos de imagem para 2021. Segundo ele, a situação foi tão dramática que no auge da pandemia, com a aprovação do conselho fiscal, colocou recursos do seu patrimônio pessoal para fazer um empréstimo de R\$ 1 milhão ao clube, sem juros

ou correção monetária, para poder pagar os salários de funcionários que ganham até R\$ 3 mil.

O empréstimo já foi pago assim como 20% dos débitos salariais dos jogadores. Segundo ele, o Bahia realizou um forte ajuste de despesas, e a folha de pagamentos, que estava em R\$ 5,5 milhões, foi reduzida para R\$ 4,4 milhões e hoje os salários estão em dia, com atraso de apenas um mês nos contratos de imagem. Bellintani afirma que a

crise foi grave, mas a situação está melhor em 2021.

A receita entre janeiro e maio foi de R\$ 96 milhões, o que, anualizado, representará um faturamento de R\$ 230 milhões, 20% maior do que em 2019 e 80% maior do que em 2020. Como o faturamento no 2º semestre é sempre maior do que no primeiro, bem como o valor pago pelas transmissões esportivas – que representa mais da metade do orçamento do clube –, as perspectivas para 2021 são boas. Além disso, a venda do Fazendão para a Construtora MRV por R\$ 22 milhões trará mais recursos mensais ao clube, já que o pagamento será parcelado em 30 vezes, reajustado pelo IPCA. Lembro que o preço por metro quadrado oferecido pela MRV está bem abaixo do mercado para um terreno localizado no Jardim das Margaridas, mas Bellintani

diz que a área tem restrições. “Na verdade, o terreno não está localizado no Jardim das Margaridas, mas no bairro de Utinga. Além disso, há restrições, já que está inserido no cone de aproximação do aeroporto, abriga uma adutora da Embasa e parte dele é considerada como área ambiental”, diz o presidente. Segundo ele, o terreno foi avaliado por peritos, estabelecendo-se valor mínimo de R\$ 18 milhões e máximo de R\$ 26 milhões. Apenas a MRV se apresentou, mas o presidente do Bahia diz que o clube está aberto a novas propostas. O Bahia ficou em 12º lugar em faturamento entre os clubes brasileiros em 2020, e o déficit de R\$ 50 milhões foi o terceiro menor entre eles, mostrando que administrativamente o clube está indo bem. Agora é preciso mostrar o mesmo desempenho em campo.

A pandemia afetou as finanças do Bahia. Receitas despencaram em 2020

A inflação avança

Há mais de seis meses esta coluna diz que a inflação vai subir. E o Banco Central demorou para aumentar os juros. Agora, que a inflação em 12 meses já atingiu 9%, corre atrás do prejuízo e terá que aumentar a Selic para mais de 7% para conter o dragão. No início, os aumentos eram pontuais, mas disseminaram-se por toda economia e passaram a ter caráter iner-

cial, ou seja: os produtores aumentam preços, porque todos estão aumentando. Inércia inflacionária, somada ao estouro de preços de energia e combustíveis, taxa de câmbio alta, preços dos insumos nas alturas e crise fiscal, com o governo querendo adiar o pagamento de precatórios e aumentar o valor do Bolsa Família, é gasolina na boca do dragão.

Economia de commodities

Basta olhar para a pauta de exportações da Bahia para ver que o estado está se especializando em commodities. Entre janeiro e julho de 2021, as exportações cresceram quase 21% e alcançaram 5,3 bilhões de dólares. O desempenho expressivo é resultado da alta de preços generalizada das commodities, mas indicam também que a Bahia, após um ensaio

de industrialização, voltou a ser uma economia especializada na venda de produtos primários. Entre os 10 principais produtos da pauta, soja e algodão representam 30% das exportações, petróleo e petroquímica 25%, minerais, metalurgia e metais preciosos 20%. Se incluímos a celulose, então 90% das vendas externas da Bahia são de commodities.

LOGÍSTICA Terminal de contêineres com mais de 16,7 mil m², um investimento de R\$ 17,7 milhões, será arrendado

Área do Porto de Salvador vai a leilão na sexta-feira

RODRIGO AGUIAR

Uma área do Porto de Salvador com mais de 16,7 mil m² vai a leilão na sexta-feira, 13, na Bolsa de Valores, em São Paulo, com investimento previsto de R\$ 17,7 milhões, segundo a Companhia das Docas do Estado da Bahia (Codeba). Órgão vinculado ao Ministério da Infraestrutura, a Codeba é responsável pelos portos de Aratu-Candeias e Ilhéus, além do terminal da capital baiana.

No mesmo dia, também serão leiloadas pelo ministério, por meio da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), áreas portuárias no Ceará e Amapá. Em todas as áreas somadas, o investimento previsto supera R\$ 148 milhões.

“É fundamental a gente aproveitar o potencial logístico do Porto de Salvador. Na sexta-feira, vamos fazer o leilão de um terminal de contêineres, um investimento de R\$ 20 milhões. Temos interessados, então será bem-sucedido. Vai proporcionar mais investimento nesse complexo portuário da Bahia”, afirma o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas.

Novos investimentos

O diretor-presidente da Codeba, Carlos Amaral, avalia que o leilão ratifica o papel de destaque do programa de arrendamentos portuários do governo federal. “Oferecer possibilidades para o setor privado investir em áreas portuárias significa atrair recursos e dotar o setor de mais infraestrutura, garantindo modernização e ainda

mais eficiência para as instalações”, diz.

Denominada SSD09, a área no porto da capital atende à movimentação de carga geral, de projeto ou contêinerizada, com capacidade para 842,4 mil toneladas, de acordo com a Codeba.

Em dezembro do ano passado, ocorreu o primeiro leilão de áreas portuárias na Bahia pelo ministério, com dois terminais da Codeba (ATU12 e ATU18), no Porto de Aratu-Candeias. Na ocasião, a CS Brasil arrematou ambos os terminais – o ATU12 por R\$ 10 milhões e o ATU18 por R\$ 52,5 milhões. Ao final dos contratos, de 25 anos (ATU12) e 15 anos (ATU18), a movimentação deve chegar a 10 milhões de toneladas por ano.

O novo leilão ocorre me-



Divulgação

Área portuária será leiloadada nesta sexta-feira na Bolsa de Valores, em São Paulo

ses após um recorde em movimentação nos portos baianos. Na soma de importações e exportações, o total de cargas acumuladas foi de 6.578.923 de toneladas no primeiro semestre, o maior número já registrado neste período, segundo a Codeba. Houve um aumento de 28,54% nas movimentações, em comparação com os primeiros seis meses do ano passado.

O Porto de Salvador teve um aumento de 10,65%, com destaque para a movimentação de contêineres. O total de cargas acumuladas foi de 2.688.591 de toneladas. No

Porto de Aratu-Candeias, a alta foi de 48,94%, com maior movimentação de graneis líquidos e graneis sólidos. O volume de cargas acumuladas foi de 3.665.817 de toneladas. Já o Porto de Ilhéus ampliou as movimentações em 13,85%.

“Nós tivemos outros leilões bem-sucedidos recentemente, e isso se soma ao esforço que está sendo feito. Tivemos um contrato de adesão com um terminal privado, que realizou um dos maiores investimentos portuários do Brasil, que foi do terminal de contêineres em Salvador, de R\$ 700 mi-

lhões. O investimento nesse novo terminal se soma a esse que já foi feito, transformando Salvador em um grande hub para contêineres. A gente deve ver um impulso grande nesse setor, principalmente com a aprovação do projeto BR do Mar, que vai modificar, impulsionar e fomentar a cabotagem no Brasil”, avalia o ministro.

Já aprovado na Câmara dos Deputados e em tramitação no Senado, o projeto BR do Mar pretende aumentar a oferta da navegação de cabotagem, incentivando a concorrência, criando rotas e reduzindo custos para este transporte. Entre as metas do governo federal está aumentar o volume de contêineres transportados, de 1,2 milhão de TEUs em 2019 para dois milhões de TEUs em 2022.

COMBUSTÍVEL

Venda direta de etanol é autorizada

ANDREIA VERDÉLIO
Agência Brasil, Brasília

O presidente Jair Bolsonaro assinou ontem em cerimônia no Palácio do Planalto, medida provisória (MP) que autoriza a venda de etanol por produtores ou importadores diretamente aos postos de combustíveis. O ato dispensa a intermediação de empresas distribuidoras, que era obrigatória e passa a ser facultativa, incentivando novos arranjos de negócios.

regulatórios e tributários da comercialização de etanol, também flexibiliza a fidelidade à bandeira, ou seja, permite que postos que exibem determinada marca comercial revendam combustíveis de outros distribuidores. Segundo o Ministério de Minas e Energia (MME), o novo modelo de revenda é facultativo, e os contratos em vigor devem ser respeitados.

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, disse que o consumidor precisa ser devidamente informado sobre os diferentes

produtos e serviços oferecidos pelos postos. “Hoje, estamos avançando no aprimoramento do mercado de combustíveis e, com os ministérios da Economia e da Agricultura, demos um passo importante em benefício do consumidor”, afirmou o ministro durante a cerimônia de assinatura da MP.

Abertura

O objetivo do governo é propiciar mais eficiência logística para o setor. De acordo com o MME, a medida está alinhada aos princípios da

política energética nacional e promove a abertura do mercado e o aumento da concorrência, com potencial redução dos preços dos combustíveis, trazendo benefícios importantes para o consumidor final.

Albuquerque acrescentou que o Brasil conta com mais de 120 mil agentes, entre refinarias de petróleo, usinas de etanol, produtores de biocombustíveis, importadores, distribuidores e revendedores varejistas, atuando no mercado de combustíveis.

BNDES

Empresas sustentáveis terão juros menores

ALANA GANDRA
Agência Brasil, Rio de Janeiro

Empresas que reduzirem emissões de gases poluentes ou aumentarem iniciativas sociais, mostrando expansão de seu desempenho ambiental, social e de governança (ASG), terão juros reduzidos nos financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O programa vai conceder financiamentos com destinação livre, sem relação com

projetos de investimento, para empresas que se comprometerem a melhorar os indicadores de sustentabilidade. “Aqueles que cumprirem as contrapartidas e atingirem as metas do programa terão redução na taxa de juros”, informou a instituição. O programa se destina a empresas da cadeia de madeira voltada para reflorestamento, fabricantes de equipamentos para a cadeia de energia renovável e de eficiência energética, mineração e siderurgia.

Satélite



Os bastidores da política baiana

POR JAIRO COSTA JÚNIOR

jairo.junior@redebahia.com.br

@satelite

Grandes profissionais não são feitos da noite para o dia. Precisam ser valorizados desde a sala de aula. Por isso, o projeto de lei de minha autoria que estabelece prazo máximo de um ano para entrega do diploma **Márcio Marinho**

Deputado federal pelo Republicanos da Bahia

Por trás dos números

A mais recente pesquisa do Instituto Paraná sobre a sucessão estadual acendeu o sinal vermelho no núcleo-duro do Palácio de Ondina, confundiram corações de partidos da base aliada ao governador Rui Costa (PT). Em conversa com a Satélite, líderes do arco governista atribuíram o clima de tensão aos resultados sobre os reflexos da disputa presidencial no desempenho do senador Jaques Wagner (PT), considerados aquém da expectativa. Embora o apoio de Lula dê impulso substancial a Wagner, a avaliação é a de que as intenções de voto para o senador quando associado ao petista, calculadas em 35% na sondagem, ficaram 12 pontos abaixo do percentual obtido pelo ex-presidente junto ao eleitorado baiano - 47,1%.

ÁGUA FRIA

"Pelo que vimos, a capacidade de Wagner em absorver votos de Lula é mais limitada do que se achava. Há a hipótese de que o poder de Lula em agregar eleitores aos aliados é que esteja menor. Com o ambiente ainda polarizado, era para o capital do ex-presidente ser integralmente transferido", analisou um influente cacique da base.

Além do horizonte

O pessimismo provocado pelo levantamento no comando político do governo tem relação também com outro detalhe do cenário que avaliou a conexão entre as eleições para presidente e governador. Na sondagem, o ex-prefeito ACM Neto (DEM) é testado com o apoio do ex-ministro Ciro Gomes (PDT), cuja aliança sequer está garantida. Mesmo assim, se manteve à frente de Jaques Wagner, com 37,9%. Para integrantes destacados do arco petista, é preciso levar em conta que Neto, além do eleitorado fiel, atrai votos da tropa bolsonarista e das alas de centro insatisfeitas tanto com o PT quanto com o presidente. Se Bolsonaro desistir de ter candidato na Bahia, calculam, há uma chance alta de que o democrata liquide a fatura no primeiro turno.

Encontro de contas

Na cúpula da oposição, a ordem é afastar qualquer manifestação de euforia relativa à pesquisa e se concentrar na estratégia focada em ampliar a capilaridade de ACM Neto no interior e aumentar o leque de alianças políticas. Internamente, contudo, os números elevaram o nível de otimismo. Sobretudo, afirmaram lideranças oposicionistas, porque corroboram levantamentos de consumo próprio que indicam um grande percentual de votos consolidados para o democrata.

De carteirinha

A posição do deputado federal Alex Santana (PDT) a favor da PEC do voto impresso na sessão de anteontem deixou claro para a bancada do partido na Câmara que ele assumiu de vez o figurino bolsonarista. Santana foi um dos seis pedetistas que votaram de acordo com o desejo do Planalto. Com a permanência descartada no PDT, negocia o ingresso no PL quando abrir a janela partidária, em março de 2022.

Bode na sala

Parlamentares baianos no Congresso não escondem que o barulho em torno do distritão, derrubado ontem por 423 votos a 35, foi cortina de fumaça para que a Câmara aprovasse a volta das coligações proporcionais na surdina.

ECONOMIA

Indústria baiana é a que mais cresce no país, diz IBGE

PESQUISA A produção industrial da Bahia seguiu em alta no mês de junho, com aumento de 10,5% em relação ao mês anterior. Foi o segundo aumento seguido nesse comparativo e o melhor desempenho para um mês de junho desde 2018. Os dados são do IBGE.

Dos 15 locais que a Pesquisa Industrial Mensal (PIM-PF) Regional do IBGE analisa, a Bahia foi o que teve o maior crescimento da produção industrial em junho. O resultado também foi bem melhor que o observado na média nacional, que não registrou quedas nem crescimento (0%).

Apesar dos dados positivos, o setor fabril baiano segue com produção abaixo do período pré-pandemia, com índice 28,4% abaixo do registrado em fevereiro do ano passado.

Comparando com junho do ano passado, a produção industrial baiana também teve queda, de 7,9%. Nesse comparativo, a Bahia ficou como segunda pior do país, melhor somente que o Pará, que registrou queda de 8%.

No acumulado do primeiro semestre desse ano, comparando com o período anterior, a Bahia tem os piores índices do Brasil, com queda de 15%. Nos 12 meses encer-



Produção fabril na Bahia teve alta de 10,5% entre maio e junho

rados em junho, a queda de 8,7%, também a pior do país.

O recuo que vem desde junho do ano passado acontece por conta da sexta queda seguida na indústria de transformação (-8,6%), aponta o IBGE. Já a indústria extrativa tem o quinto resultado positivo seguido, com aumento de 2,9%.

A queda geral no mês acontece por conta de resul-

tados negativos em 6 das 11 atividades da indústria de transformação, com destaques para fabricação de celulose, papel e produtos de papel (-52,5%) e fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis (-13,1%).

O recuo mais forte comparando os dois meses de junho foi da fabricação de veículos automotores, reboques e carroceria (-77,9%).

Gasolina volta a subir hoje nas refinarias da Petrobras

3,3% A Petrobras informou às distribuidoras de combustível que vai aumentar a gasolina em R\$ 0,0945 a partir de hoje nas refinarias. A alta é de 3,3% em relação ao reajuste anterior, segundo a Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis. O diesel não foi alterado, segundo a associação. O último aumento do combustível aconteceu em 6 de julho, quando o litro da gasolina passou a custar R\$ 2,69 nas refinarias. Como o novo aumento, o preço passa a ser de cerca de R\$ 2,78 o litro nas refinarias. Como o mercado de combustíveis é livre no Brasil, não é possível saber se o reajuste será repassado integral ou parcialmente ao consumidor final. Também ontem, o governo publicou medida provisória que permite que os produtores de etanol vendam o combustível diretamente aos postos, sem passar pelas distribuidoras, o que pode reduzir o preço ao consumidor final.

BB: CONCURSO BATE RECORDE DE INSCRITOS

MAIOR DA HISTÓRIA O concurso do Banco do Brasil para vagas de escriturários recebeu 1.655.420 inscrições. É o maior concurso da história do país, segundo a Fundação Cesgranrio, organizadora da seleção. Foram 1.613.886 inscritos para o cargo de Escriturário - Agente Comercial, que oferece 2 mil vagas, mais 2 mil de cadastro de reserva. Para o cargo de Escriturário - Agente de Tecnologia, foram 41.534 inscritos para concorrer a 240 vagas e 240 para cadastro de reserva.

SENADO APROVA DISPENSA PROVA DE VIDA

INSS O Senado aprovou projeto de lei que dispensa a realização da prova de vida aos beneficiários da Previdência Social até 31 de dezembro em razão da pandemia. Como o texto também já foi aprovado pela Câmara, ele agora segue para sanção presidencial. Atualmente, para não perder o benefício, os 36 milhões de aposentados, pensionistas e beneficiários do Regime Geral da Previdência Social precisam comprovar que continuam vivos todos os anos.

Área do Porto de Salvador vai ser leiloada

Daniel Aloisio*

REPORTAGEM
daniel.santos@redebahia.com.br

Amanhã, o Porto de Salvador vai ter 16,7 mil metros quadrados da sua estrutura leiloada para a criação de mais um terminal de contêineres, segundo o Ministério da Infraestrutura. A área nomeada SSD09 faz parte dos ativos que marcam a abertura da temporada de leilões do 2º semestre do Governo Federal.

A responsabilidade pela disputa é do Ministério da Infraestrutura (Minfra), através da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

Além da Bahia, outras áreas portuárias localizadas em

mais dois estados nordestinos, Ceará e Amapá, também serão leiloadas em cerimônia que acontecerá às 15h na B3, a bolsa de valores oficial do Brasil, sediada em São Paulo. A Antaq disse ter recebido propostas para todas as áreas portuárias, mas não divulgou informações específicas. No caso da Bahia, o espaço em questão que será passado à iniciativa privada tem capacidade para uma movimentação de 842,4 mil toneladas de carga geral, de projeto ou containerizada.

De acordo com a Companhia das Docas do Estado da Bahia (Codeba), que administra os Portos de Salvador, Aratu-Candeias e Ilhéus, o leilão será feito na forma de arrendamento, ou seja, a área leiloada será cedida por um

Logística Governo Federal prevê um investimento de R\$ 17,7 milhões

O porto terá 16,7 mil metros quadrados da sua estrutura negociados para abrigar terminal de contêineres

período determinado em troca de uma contribuição. Após o término do período estipulado, o vencedor da licitação poderá comprar o bem. "O arrendamento no modelo simplificado é uma inovação nos leilões do setor portuário", defende a companhia, em nota.

Outra característica apresentada do modelo é a celeridade no trâmite, desde o mapeamento e qualificação da área, até a assinatura do contrato. O prazo contratual previsto para esse leilão é de 10 anos. Já o investimento previsto é de R\$ 17,7 milhões. Nas quatro áreas, o Ministério da Infraestrutura estima mais de R\$ 148 milhões em investimentos.

O diretor-presidente da Codeba, Carlos Autran Amaral, afirma que a realização de mais este leilão ratifica o papel de destaque do programa de arrendamentos portuários. "Oferecer possibilidades para o setor privado investir em áreas portuárias significa atrair recursos e dotar o setor de mais infraestrutura, garantindo modernização e ainda mais eficiência para as instalações", afirmou.

COMPLEMENTAR

Para o ministro Tarcísio Gomes de Freitas, o leilão é uma forma de aproveitar o potencial logístico do porto de Sal-

vador. "Nós temos interessados, vai ser um leilão bem-sucedido e que vai proporcionar mais investimentos no complexo portuário da Bahia", afirma. O gestor também lembrou que recentemente foi feito um contrato de adesão com um terminal privado que realizou um dos maiores investimentos portuários do Brasil, que foi o Terminal de Contêineres de Salvador (Tecon), operado pelo Grupo Wilson Sons.

"O investimento nesse novo terminal se soma ao que já foi feito, transformando Salvador num grande hub para contêineres. A gente deve ver um impulso grande nesse setor, principalmente havendo a aprovação do projeto BR do Mar, que vai modificar, impulsionar e fomentar a cabotagem no Brasil", defende o ministro. Cabotagem é a navegação próxima à costa entre dois portos de um mesmo país. Em nota, o Ministério afirmou que a criação do novo terminal vai gerar competição, maior oferta e atendimento à demanda reprimida.

"É uma operação menor que já acontece e que agora vamos leiloar como área arrendada, com a obrigação de investimentos de ampliação de capacidade. É vocação para carga geral e complementar ao Tecon com foco na vocação crescente de Salvador como hub logístico nordestino para cabotagem e cargas de maior valor agregado (contêiner)", aponta a nota.

Para o diretor executivo da Associação dos Usuários dos Portos da Bahia (Usuport), Paulo Villa, a área que será leiloada é pequena e a expectativa é que não haja maiores impactos para os usuários. "O impacto não vai ter muito significado. Só terá se oferecer novos serviços que ainda não existem e eventualmente pode ter. A princípio, é uma coisa sem muita importância. O Ministério está fazendo muita espuma para pouca coisa", disse.

*COM A ORIENTAÇÃO DA CHEFE DE REPORTAGEM PERLA RIBEIRO

CODEBA/DIVULGAÇÃO



842,4
mil toneladas de carga geral, de projeto ou containerizada é a capacidade de movimentação da área leiloada no porto de Salvador



IMAGIAC

GERALDO MAGELA/AGÊNCIA SENADO

Pré-candidatos do DEM e do PT são os principais concorrentes na corrida pelo Palácio de Ondina

Neto lidera com folga disputa pelo governo, diz pesquisa

Instituto Paraná aponta vantagem de 26 pontos sobre Wagner na sucessão de 2022

Jairo Costa Júnior
REPORTAGEM
jairo.junior@redesbahia.com.br

Se as eleições para o governo do estado fossem realizadas hoje, o ex-prefeito de Salvador e presidente nacional do DEM, ACM Neto, recebe 50% dos votos, cerca de 26 pontos percentuais à frente do senador Jaques Wagner (PT), que aparece com 24,1%, aponta nova pesquisa divulgada ontem pelo Instituto Paraná e realizada em parceria com o site Bahia Notícias. Considerando a margem de erro do levantamento, de 2% para mais ou para menos, Neto oscila entre 52% e 48%, o que indica também a probabilidade de vitória do democrata ainda no primeiro turno.

No primeiro cenário avaliado pelo instituto, quem aparece na terceira colocação, com 3,7%, é Raíssa Soares, secretária de Saúde de Porto Seguro que se tornou conhecida nacionalmente como "médica da cloroquina". Logo abaixo, está João Roma, ministro da Cidadania e deputado federal licenciado do Republicanos, que foi citado por 3% dos eleitores baianos, seguido por Marcos Mendes (Psol) e pelo vereador Alexandre Aleluia (DEM), respectivamente, com 1,3% e

1%. Todos os quatro estão empatados tecnicamente. Brancos e nulos somaram 11,7%. Outros 5,2% não souberam ou não quiseram responder.

No segundo, em que foram apresentados aos eleitores uma lista com apenas três candidatos, Neto lidera o páreo com 52,3%, contra 25,4% de Wagner e 4,5% de Roma. O percentual de brancos e nulos, assim como o de indecisos e de entrevistados que não responderam a pesquisa, permanece praticamente idêntico ao primeiro cenário: 11,9% e 5,9%. A nova pesquisa é praticamente igual à sondagem realizada em março pelo Instituto Paraná, na qual as intenções de voto atribuídas a Neto e Wagner oscilaram entre 49% e 56% e 21% e 25%, respectivamente.

SEGMENTOS

No recorte por gênero, os resultados do primeiro cenário não trazem diferenças signifi-

cativas nos desempenhos de ACM Neto, citado por 50,4% das mulheres e 49,4% dos homens, enquanto Jaques Wagner tem a preferência de 26,6% dos eleitores do sexo masculino, ante 21,9% do feminino. No segundo, ambos oscilam positivamente nas duas faixas, mas dentro da margem de erro. Para Raíssa Soares, João Roma, Marcos Mendes e Alexandre Aleluia, os números não apontam mudanças relevantes, com variações abaixo de um ponto percentual.

Já por idade, o democrata tem melhor desempenho junto aos eleitores de 16 a 24 anos (54,3%) e de 25 aos 34 (50,8%). Nos demais grupos, incluindo a faixa acima dos 60, Neto varia de 48% a 49,8%. Quando o confronto se dá entre três candidatos, o índice do ex-prefeito val de 50% entre os mais idosos a 58% na parcela mais jovem. O quadro se inverte em relação aos entrevistados que optaram por Wagner: 17,2% (16 a 24 anos) a 27,2% (60 anos ou mais). A mesma lógica se mantém no segundo cenário - 19,6% a 28,7%.

O estrato por escolaridade é o que apresenta as maiores diferenças. Entre eleitores com ensino fundamental, Neto aparece com 41,6%, e Wagner com 31,5%. Nos níveis médio e superior, o democrata tem 54,4% e 53,8%; o petista, 19,7% e 21,5%. Os percentuais atribuídos a ambos crescem de um a três pontos no cenário com número reduzido de concorrentes. Em relação à renda, o desempenho dos dois está bem próximo da média de intenções de votos detectada pelo Instituto Paraná.

REPERCUSSÃO

Questionado sobre o favoritismo atribuído a ele pelo novo levantamento, Neto adotou tom de cautela, embora admita otimismo com os números. "Óbvio que os resultados são muito positivos. Agora, como sempre, eu procuro evitar comentários sobre pesquisas. Isso não muda nada na nossa postura de ter humildade, muito pé no chão e disposição de continuar o trabalho que estamos fazendo, em toda a caminhada pela Bahia, as andanças pelo interior e as articulações que avançam muito bem para montagem dos palanques, aos compromissos que foram ou estão sendo fechados com prefeitos, ex-prefeitos e vereadores. Estou muito animado", afirmou.

Para Wagner, a sondagem só tem validade no período atual. "Continuo com minha avaliação de que pesquisa quantitativa, tão distante do evento, não diz muita coisa. Revela uma fotografia do momento. Esta, no entanto, mostra o óbvio: o (ex) presidente Lula é um grande puxador de votos na Bahia e no Nordeste", disse o senador petista, ao comentar o crescimento das intenções de voto atribuídas a ele quando é associado ao presidencialismo de PT (leia mais abaixo). O Instituto Paraná ouviu 2.008 eleitores de 186 municípios baianos entre os últimos dia 4 e 7.

Sondagem atesta popularidade de Lula e rejeição a Bolsonaro

Na nova pesquisa, o Instituto Paraná também avaliou o impacto da associação com candidatos à Presidência na escolha dos eleitores balaios para a disputa pelo governo do estado. Embora não tenha declarado apoio a nenhum nome no páreo nacional e trabalhe pela candidatura própria do DEM ao Palácio do Planalto, ACM Neto é citado por 37,9% dos entrevistados quando é atrelado ao ex-ministro Ciro Gomes (PDT). Com o apoio do ex-presidente Lula, Jaques Wagner aparece com 35%. João Roma atinge 13,7% na dobradinha com o presidente Jair Bolsonaro.

O resultado reflete a popularidade de Lula e a alta rejeição a Bolsonaro no estado. No confronto direto, o petista venceria com 47%, 1% dos votos, contra 23,7% do atual presidente. Ciro aparece em terceiro (8,7%), seguido pelo ex-juiz Sergio Moro (3,8%) e pelo tucano João Dória (2%), governador de São Paulo. O baixo desempenho de Bolsonaro está atrelado também aos índices relativos à sua gestão, desaprovada por 62,7% e aprovada por 32,7% dos baianos. Ao todo, 56% o consideram péssimo ou ruim, 20% acham ele regular e 22,9% classificam seu trabalho como ótimo ou bom.

A pesquisa mostra grande vantagem de ACM Neto. Mas, ao mesmo tempo, aponta que Lula é forte aí. Há dois quadros na Bahia: com e sem o cenário nacional atrelado. A questão é se vai compensar a associação, tanto para um lado quanto para outro. É preciso levar em conta um detalhe importante: no Nordeste, é a primeira vez, em muitos anos, que quatro estados (Rio Grande do Norte, Alagoas, Bahia e Ceará) não têm candidatos petistas ou aliados diretos largando na frente simultaneamente. Vai compensar para Lula entrar de cabeça, correndo risco de ser puxado para baixo, ou é melhor ficar à distância?", pondera o diretor do Instituto Paraná, Murilo Hidalgo.

"Para mim, parece muito claro que há um descolamento entre a disputa nacional e estadual. Acho que essa vai ser a tônica. A tendência que vemos é o eleitor cada vez mais convicto de que escolherá o candidato a governador de acordo com os anseios e sentimentos em relação ao futuro do estado. Os números de sondagens como essa (do Instituto Paraná) e os resultados de levantamentos internos específicos atestam a tônica de descolamento", destaca Neto.

RAIO-X DA SUCESSÃO

50%

foi o índice obtido por Neto no cenário com cinco outros concorrentes

24,1%

optaram por Wagner, 26 pontos abaixo do democrata

52,3%

citaram Neto no páreo com só três nomes

25,4%

escolheram o petista e 4,5% apontaram João Roma

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 11/08/2021	



DEFASAGEM DA GASOLINA ESTÁ EM 13% MESMO APÓS REAJUSTE



admin 11 Agosto, 2021

A Petrobras acaba de elevar o preço da gasolina em R\$ 0,0945, correspondendo a um acréscimo de mais de 3,5%. Por esse motivo, acabamos de rodar nossos modelos de defasagem.

Mesmo após a elevação ser efetivada, estimamos que ainda exista espaço potencial de nova elevação de até 13% por parte da Petrobras no curto prazo, contudo, antes do reajuste o potencial era ainda maior (17%).

Vale mencionar que a defasagem informada diz respeito ao nosso modelo mais assertivo quando a dinâmica de alterações era ainda mais frequente, mas, no momento, outros modelos já indicam defasagem menor.

Adicionalmente, o acréscimo feito pela Petrobras segue em linha com nossas estimativas, pois sempre informamos que as altas para mitigar a defasagem poderiam ser feitas de forma fracionada.

Sobre o impacto no IPCA, reforçamos que tal magnitude de reajuste na refinaria afetaria as bombas apenas no final terceiro decêndio de agosto, com impacto proporcional no IPCA de agosto e integral a partir de setembro.

Assim, sabendo que o combustível ajustado pela Petrobras nas refinarias é a gasolina tipo A, e o combustível que chega nas bombas nos postos é do tipo C (no qual está contida a Gasolina tipo A + Impostos Gerais + Etanol Anidro).

Seguindo tais premissas, entendemos que o coeficiente de repasse na bomba é de aproximadamente $1/3$. Por fim, após incorporação em nossos modelos, estimamos que contribuição da elevação da gasolina no IPCA de agosto é de +2 bps e em setembro +5bps.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 11/08/2021	



BAHIA TEM 133 PARQUES DE ENERGIA RENOVÁVEL EM CONSTRUÇÃO COM PREVISÃO DE GERAR 113,6 MIL EMPREGOS



admin 11 Agosto, 2021

De acordo com os dados da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), em maio deste ano, a Bahia foi responsável por 34,5% da produção. Atualmente são 200 parques em operação com capacidade instalada de 5,1 gigawatts (GW), espalhados por 20 municípios, onde já foram investidos R\$ 20,2 bilhões. Outros 133 parques estão em construção e com construção prestes a iniciar, com previsão de investimento de R\$ 14,7 bilhões e geração de mais de 113,6 mil empregos. Até 2026, o estado deve alcançar 9,5 GW.

A Bahia foi responsável pela produção de 26% da energia solar fotovoltaica do país. São 29 parques fotovoltaicos em operação, com 777 megawatts (MW) de capacidade instalada em sete municípios, onde já foram investidos R\$ 3,8 bilhões. Até 2026, os 96 parques em construção e com construção prestes a se iniciar devem investir R\$ 15,7 bilhões e gerar 46,6 mil empregos diretos na fase de construção dos complexos. A previsão é que eles incluam na rede elétrica 3,5 GW, fazendo a Bahia alcançar 4,3 GW de capacidade instalada.

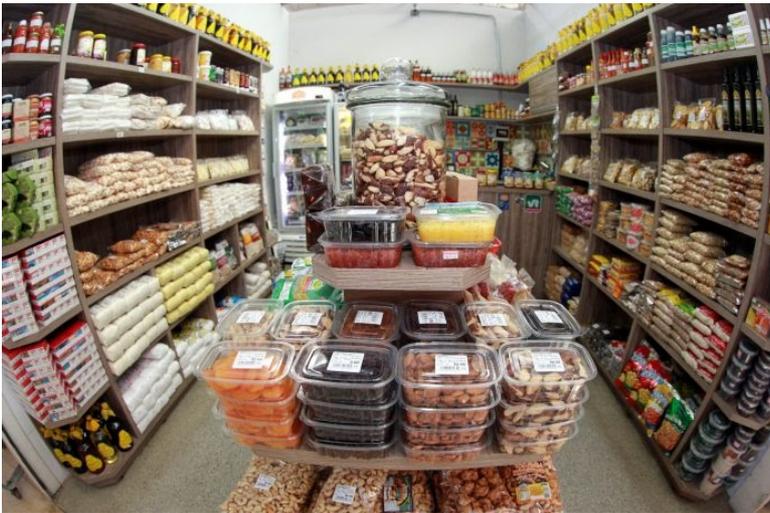
Foto: Divulgação/AES Tietê

Veículo: Gov Bahia	
Data: 11/08/2021	



Crescimento de vendas no primeiro semestre foi o maior registrado em 11 anos na Bahia

11 agosto 2021



Diversidade de produtos do Mercado do Rio

Vermelho, antiga Ceasinha. Fotos Mateus Pereira/GOVBA

As vendas no comércio varejista baiano registraram em junho um crescimento de 16,4%, em relação a igual mês do ano passado, sendo o quinto maior entre os estados. A performance positiva da Bahia se repetiu no mesmo mês, com a produção industrial de transformação e extrativa mineral, ajustada sazonalmente, que avançou 10,5% frente ao mês imediatamente anterior. De acordo com o titular do Planejamento, João Leão, este foi o melhor desempenho para um mês de junho desde 2018.

“São números bons e é importante comemorar. Aos poucos estamos avançando. O comportamento do varejo baiano, por exemplo, segue positivo, sendo o melhor resultado para o mês de junho desde o início da série em 2001. O receio dos consumidores vai diminuindo à medida que conhecem o impacto da pandemia na economia”, declara Leão.

No cenário nacional, a expansão nos negócios de vendas no varejo foi de 6,3%, na mesma base de comparação. No semestre, a taxa foi positiva em 10,6%, sendo o maior crescimento de vendas já registrado para o estado num primeiro semestre em 11 anos e superior à variação nacional – que foi de 6,7%.

“Estamos diante de dados extremamente positivos para nossa economia. Superamos em 3,9% o crescimento nacional no primeiro semestre. Estamos fortalecendo o mercado varejista através de assinaturas de protocolos de intenções com diversas empresas que querem se instalar ou ampliar suas ofertas de serviços na Bahia. Estamos buscando fortalecer também nossas indústrias com incentivos fiscais para que possam se recuperar e investir cada vez mais em nosso estado”, afirma Nelson Leal, secretário de Desenvolvimento Econômico.

A análise e sistematização dos números foram feitas pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia da Seplan. Os dados são da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Por atividade, em junho de 2021, os dados do comércio varejista do estado baiano, quando comparados aos de junho de 2020, revelam que sete dos oito segmentos que compõem o indicador do volume de vendas registraram comportamento positivo. O crescimento nas vendas foi verificado nos segmentos de tecidos, vestuário e calçados (287,5%), Outros artigos de uso pessoal e doméstico (50,1%), combustíveis e lubrificantes (19,2%), artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (18,9%), móveis e eletrodomésticos (13,4%), livros, jornais, revistas e papelaria (12,9%), e equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (11,0%).

Fonte: Ascom/ Seplan

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 12/08/2021	Caderno: Economia



Bolsonaro fala em propor proibir cobrança de ICMS sobre taxa extra na conta de luz

Imposto é cobrado pelos Estados sobre o preço final da energia incluindo os valores da bandeira tarifária

Marlla Sabino, Eduardo Rodrigues e Gustavo Côrtez, O Estado de S.Paulo

11 de agosto de 2021 | 12h37

BRASÍLIA - O presidente **Jair Bolsonaro** sugeriu nesta quarta-feira, 11, estudos para elaboração de uma proposta para proibir que governadores cobrem **ICMS** sobre as taxas das bandeiras tarifárias embutidas nas contas de luz. Durante evento de assinatura da medida provisória que permite a venda direta de etanol para postos, no Palácio do Planalto, o presidente afirmou que “paga a conta” por causa da cobrança estadual.

A cobrança do ICMS é feita pelos Estados sobre o preço da **energia**. Com a aplicação de uma taxa adicional, referente à bandeira, o imposto é cobrado sobre o preço final da conta de luz de cada consumidor.

“Os governadores cobram ICMS em cima da bandeira. Quem paga a conta disso? Sou eu. A verdade é que liberta nosso povo. Talvez **Bento (Albuquerque)**, estudar com o **Ciro (Nogueira)**, que é nosso grande articulador junto com a **Flávia (Arruda)**, uma proposta nesse sentido, que desobrigue, que não seja permitido cobrar ICMS em cima da bandeira no caso da energia elétrica”, afirmou.

Por causa da grave **crise hídrica** que o País enfrenta, a **Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel)** manteve a bandeira vermelha em seu segundo patamar nos últimos três meses. O patamar, o mais caro do sistema de bandeiras, determina uma cobrança adicional de R\$ 9,49 a cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos.

Bolsonaro afirmou que a cobrança adicional tem sido aplicada para arcar com os custos da geração de **energia térmica**, mais cara do que a produzida nas **hidrelétricas**. Segundo ele, há hidrelétricas na iminência de operar a fio d'água.

“A gente é obrigado a botar bandeira vermelha, que cobra um pouco mais do preço da energia elétrica na ponta da linha. Não é maldade da nossa parte, não é para castigar o consumidor, é para pagar uma outra fonte de energia, no caso a termelétrica, que é muito mais cara do que vem da água”, disse.

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 12/08/2021	Caderno: Economia



Setor médico-hospitalar: alterações sucessivas do ICMS em tempos de pandemia

Guilherme Mendes Soares e Paulo César Teixeira Duarte Filho*

12 de agosto de 2021 | 06h30

Paulo César Teixeira Duarte Filho e Guilherme Mendes Soares. FOTOS: DIVULGAÇÃO

Nos últimos seis meses, as empresas que atuam no setor médico-hospitalar vivem um clima de instabilidade em seus negócios e não estamos falando da crise sanitária envolvendo a COVID-19. É que, de janeiro de 2021 para cá, tivemos pelo menos seis mudanças legislativas – duas em âmbito nacional e quatro no Estado de São Paulo – nos incentivos fiscais de ICMS voltados para insumos e equipamentos hospitalares, sendo algumas delas com efeitos retroativos. Um verdadeiro pesadelo para qualquer um que atue no setor tributário.

Para ficar claro, uma breve introdução se faz necessária: o Convênio ICMS nº 01/99 traz um rol de quase 200 produtos destinados à prestação de serviços de saúde que possuem isenção de ICMS. No Estado de São Paulo, o Convênio ICMS nº 01/99 foi internalizado pelo Artigo 14 do Anexo I do Regulamento de ICMS (“RICMS/SP”).

O pesadelo teve início em meados de outubro de 2020, com a “reforma tributária” promovida pelo governo paulista por meio da Lei nº 17.213/2020 e pelos Decretos 65.252 a 65.255 do mesmo ano. Ali, o Decreto nº 65.254/2020 trouxe uma restrição: o benefício de ICMS só é aplicado nas vendas para hospitais públicos e santas casas de misericórdia, retirando, assim, às vendas a todos demais *players* da iniciativa privada (clínicas, hospitais, entre outros) a partir de 15 de Janeiro de 2021.

Como se sabe, o ICMS é um tributo indireto que, por sua natureza, é repassado no preço de venda das mercadorias. Com isso, então, as empresas fornecedoras do setor iniciaram um processo de rediscussão de preço e parametrização de sistema para repassar o ICMS nas vendas aos atores da iniciativa privada, a partir de janeiro de 2021.

No âmbito nacional, o Convênio ICMS nº 01/99 sofreu modificação pelo Convênio ICMS nº 48 de abril deste ano, que alterou a descrição e NCM de cinco produtos sujeitos à isenção de ICMS. Essa alteração, embora pareça inofensiva, alterou sensivelmente a isenção de ICMS já existente em alguns casos.

Por exemplo: antes, o item 191 trazia o produto “Implantes expansíveis, de aço inoxidável e de cromo cobalto, para dilatar artérias ‘Stents’” e, após a mudança do Convênio ICMS 48/2021, passou a trazer simplesmente “Stents para artérias coronárias, farmacológico ou não”. Com isso, stents para artérias periféricas, por exemplo, passaram a estar fora da isenção do ICMS a partir de 1º de junho de 2021.

Novamente, isso significa rediscussão de preço e parametrização de sistema para as empresas fornecedoras de equipamentos e insumos médico-hospitalares.

Para que você, leitor atento, não perca a conta, a terceira mudança veio no Estado de São Paulo, que publicou os Decretos nº 65.717 e 65.718, concedendo a isenção de ICMS para agentes privados que prestam serviços ao Sistema Único de Saúde – SUS. Alguns “poréns”:

- (i) a isenção poderá ser total ou parcial, a depender do percentual de procedimentos realizados em pacientes do SUS;
- (ii) está condicionada ao estabelecimento adquirente possuir a Certificação das Entidades Benéficas de Assistência Social, a CEBAS. Para tanto, a Secretaria da Saúde de São Paulo deve enviar uma lista à Secretaria da Fazenda publicando os estabelecimentos que possuem CEBAS válida;
- (iii) embora tenha sido publicado em 22 de maio de 2021, os efeitos do Decreto nº 65.718 foram retroativos a 1º de maio de 2021.

Novamente, o mantra já conhecido: rediscussão de preços e parametrização de sistema. Agora, contudo, um novo problema: e os fornecimentos que ocorreram entre 1º e 21 de maio, com tributação integral do ICMS? Haveria restituição do ICMS? Os adquirentes seriam ressarcidos do montante do ICMS indevidamente pago? Embora a lista de estabelecimentos que possuem CEBAS não tivesse sido publicada, seria possível aplicar o benefício?

O tempo para discussão foi curto, porque a quarta mudança surgiu dez dias depois: o Convênio ICMS nº 75/2021 mudou, mais uma vez, a descrição de produtos do Convênio ICMS nº 01/99, três deles que já haviam sido objeto de mudança do Convênio ICMS nº 48/2021. Além disso, foi adicionada a Cláusula Terceira-B que prevê que o produto constante no item 54 (Conjunto de circulação assistida) tem a isenção de ICMS aplicada nos termos vigentes em 30 de novembro de 2020 para os Estados de São Paulo, Paraná e Goiás.

Se você, leitor, continua atento e não se perdeu em meio de tantas mudanças, já sabe o que vem a seguir: rediscussão de preços e parametrização de sistema. Mas, para completar o pesadelo, outras duas mudanças vieram no Estado de São Paulo:

(i) o Decreto nº 65.813/2021, publicado em 23 de junho, adicionou uma condição à isenção de ICMS em São Paulo, qual seja, a de que os produtos também usufríssem de desoneração do PIS/COFINS. Além disso, publicou uma nova lista de produtos beneficiados no Estado, que não contempla as alterações trazidas pelos Convênios ICMS nº 48 e 75 de 2021. E claro, o Decreto produz efeitos retroativos a 1º de junho de 2021;

(ii) a Portaria 42/2021, publicada em 6 de junho, traz a lista das entidades que possuem o CEBAS, conforme previsto no Decreto nº 65.718. Como de praxe, essa lista também produz efeitos retroativos a 1º de maio de 2021.

Mais dúvidas surgem no setor. Como se adequar às alterações retroativas? Empresas que possuem o CEBAS, mas não estão listadas na Portaria 42/2021, podem se beneficiar da isenção? É possível pedir o ressarcimento do ICMS pago indevidamente?

Quais produtos estão sujeitos à isenção de ICMS, aqueles previstos no Convênio ICMS 01/99 com as mudanças trazidas pelos Convênios ICMS nº 48 e 75 de 2021 ou aqueles previstos no Decreto nº 65.813? Para operações que estavam sujeitas à isenção e deixaram de estar, deve ser observado o princípio da anterioridade?

É importante que fique claro o completo absurdo vivido pelas empresas desse setor no período. Foram seis mudanças, sendo três com efeitos retroativos, com conflito entre regulamentação nacional e estadual e colocando, muitas vezes, fornecedores e adquirentes em rota de colisão a respeito do montante a ser restituído de ICMS nas operações já praticadas.

Isso sem contar os riscos de autuações que as empresas estão correndo: no Estado de São Paulo, destacar indevidamente o ICMS em documentos fiscais está sujeito à multa de 30% sobre o valor da operação. Assim, a cada dia que as empresas não parametrizem os seus sistemas – que demanda um esforço que só quem é da área sabe – estão sujeitas à uma multa de 30% do valor de cada venda que fazem.

É de se indagar se, diante da maior crise sanitária já enfrentada, com mais de 500 mil mortos no país, com ainda poucas pessoas imunizadas, era mesmo o melhor momento para se criar tantas regras confusas, algumas retroativas no setor. A nosso ver, não.

São situações como essa que nos fazem refletir ainda mais sobre a política fiscal e nosso modelo de sistema tributário no país. Por mais que, muitas vezes, o poder de regulamentar o ICMS é fundamental para atrair incentivos ao Estado, é de se ponderar que uma reforma tributária que unifique tributos indiretos – tal como as Propostas de Emenda Constitucional nºs 45 e 110 – traria uma racionalidade ao sistema e segurança para as empresas seguirem em frente, além de reduzir custos altos e absolutamente inexplicáveis com parametrização de sistemas a cada quinze dias.

***Guilherme Mendes Soares e Paulo e Paulo César Teixeira Duarte Filho, advogados tributaristas do Stocche Forbes Advogados**

Petrobras reajusta gasolina em 3,3%, na 2ª elevação sob comando de general

Para consultoria, aumento não elimina defasagem do combustível em relação a preços internacionais

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO A Petrobras subirá o preço da gasolina em 3,3% a partir desta quinta-feira (12). É o segundo aumento consecutivo, após o corte realizado em junho. O preço do diesel não terá elevação.

Segundo a estatal, o reajuste médio é de R\$ 0,09 por litro, elevando o preço nas refinarias a R\$ 2,78 por litro. Até chegar ao posto, o valor sobe com impostos e margens de distribuidores e postos.

Em nota divulgada nesta

quarta (11), a empresa destacou sua contribuição para o preço médio final da gasolina, que passará a ser de R\$ 2,03 por litro, já que o produto vendido nos postos recebe 27% de etanol anidro.

O reajuste é anunciado mais de um mês após o anterior, reforçando a percepção de que a Petrobras reduziu a frequência de aumentos após a posse do general Joaquim Silva e Luna no comando da companhia.

Nos comunicados de reajustes, a Petrobras diz que busca

equilíbrio com o mercado internacional, mas que "busca evitar o repasse imediato para os preços internos da volatilidade externa causada por eventos conjunturais".

Silva e Luna foi escalado pelo presidente Jair Bolsonaro para substituir Roberto Castello Branco, primeiro presidente da estatal em seu governo, sob fortes pressões contra a escalada nos preços dos combustíveis do início do ano.

Para a Ativa Investimentos, o reajuste ainda não é capaz de eliminar a defasagem em

relação ao preço internacional da gasolina. Por suas contas, ainda há espaço para aumento de 13% na refinaria.

"O acréscimo feito pela Petrobras segue em linha com nossas estimativas, pois sempre informamos que as altas para mitigar a defasagem poderiam ser feitas de forma fracionada", ponderou a Ativa, em nota divulgada após o anúncio do aumento.

A entidade lembra que o aumento pressionará ainda mais a inflação a partir da terceira semana de agosto, com im-

pacto integral no indicador de setembro.

A inflação dos combustíveis, que atingiram valores recordes em 2021, tem impactado a popularidade do presidente, que já cortou impostos federais sobre diesel e gás de cozinha, mas sem resultados no preço final dos produtos.

Nesta quarta (11), em mais uma ação, Bolsonaro assinou MP que libera a venda de combustíveis de outras marcas e a venda de etanol diretamente das usinas para os postos, mudanças que encontram

resistência entre as maiores distribuidoras de combustíveis do país.

Na cerimônia de assinatura, voltou a defender que a escalada nos preços não é responsabilidade do governo federal e a culpar governadores pela diferença entre os preços de refinaria e os valores praticados nas bombas.

"O governo estadual cobra ICMS também na margem de lucro, no transporte, cobra no PIS/Cofins e cobra também no ICMS", afirmou. "Não compensa reduzir o preço na refinaria. Quando abaxa cinco centavos, na ponta da linha continua sendo o mesmo preço".

Com a venda de combustíveis a preços historicamente elevados, a Petrobras registrou lucro de R\$ 42,8 bilhões no segundo trimestre e decidiu antecipar a distribuição de R\$ 31,6 bilhões em dividendos a seus acionistas. Maior sócio, a União ficará com R\$ 9 bilhões.



Jair Bolsonaro e o ministro Paulo Guedes na cerimônia de assinatura da MP que dá liberdade para posto vender combustível de outra marca. Pedro Ladeira/Folhapress

diz que a proposta cria complexidade regulatória e vai na contramão de projetos federais para simplificar a cobrança de impostos.

Maiores defensores da medida, os usineiros do Nordeste afirmam que os estados podem seguir o modelo do governo federal. "Os estados vão se adequar", diz o presidente executivo da Novabio (Associação de Produtores de Açúcar, Etanol e Bioenergia), Renato Cunha.

Ele alega que postos mais próximos às usinas terão benefícios com a proposta, economizando parte do custo logístico relativo ao transporte do etanol até a base das distribuidoras, geralmente nas grandes cidades, e, depois, de volta para o posto.

Mas admite que o ganho deve ser localizado, já que as usinas não conseguiram competir nos maiores mercados. "A distribuidora tem capacidade logística para fazer aquilo que o produtor tem dificuldade. Mas não se deve proibir o produtor de vender para um posto na esquina."

Nicola Pamplona

Tributação de álcool importado usado na gasolina aumenta

Fábio Pupo e Ricardo Della Coletta

BRÁSILIA O governo lançou nesta quarta-feira (11) uma MP (Medida Provisória) que retira a desoneração tributária do álcool anidro importado por distribuidoras. O produto é usado na mistura da gasolina.

A reoneração foi inserida no texto que altera regras do setor em diferentes frentes. Segundo o governo, ela tem como objetivo "equalizar a incidência tributária entre o produto nacional e o produto importado".

A medida é tomada em um momento de escalada inflacionária da gasolina. De acordo com o IBGE, a elevação do preço do combustível acelerou em julho e já mostra um avanço de 27% no acumulado de 2021. O valor do etanol cresceu 34% no mesmo intervalo e do diesel, 25%.

A MP desta quarta tem outras mudanças. O texto libera postos com bandeira de uma marca (como Shell, Ipiranga ou BR) a venderem combustíveis também de outra.

Além disso, autoriza produtores de etanol a destinarem o produto diretamente aos postos, sem necessidade da intermediação de um distribuidor.

Para não haver perdas de receitas públicas nesse ponto, o texto prevê que as alíquotas aplicáveis à venda direta serão o resultado da soma das alíquotas atualmente aplicadas ao produtor e ao distribuidor.

Venda liberada de combustíveis de outras marcas contraria Procon e deve ter pouco efeito sobre preço

RIO DE JANEIRO A liberdade para vender combustíveis de outras marcas, dada aos postos por MP (medida provisória) assinada pelo presidente Jair Bolsonaro nesta quarta-feira (11), contraria posicionamentos dos Procons em consulta pública da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis).

O governo defende que a medida amplia a concorrência no setor de combustíveis, com possíveis impactos no preço, e incluiu o tema em uma MP que trata da venda direta de etanol das usinas para os postos, outra mudança que teria o objetivo de ampliar a competição.

Para empresas do setor, porém, os impactos sobre os preços serão limitados a postos mais próximos das usinas de produção de etanol. Alegando o risco de "desestruturação do mercado" e insegurança jurídica, grandes distribuidoras tentaram derrubar as mudanças no Congresso.

Com o fim da fidelidade à bandeira, postos ligados a distribuidoras — como BR, Shell ou Ipiranga — poderiam instalar uma bomba para vender combustíveis comprados de outras empresas, um conceito conhecido como "bomba branca".

O tema vinha sendo debatido na ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis), que abriu consul-

toria pública para ouvir o mercado a respeito de uma série de mudanças na regulação desse mercado.

Em suas contribuições, os Procons pediram a supressão do trecho que autoriza o uso de bombas não exclusivas alegando que "pode gerar confusão ao destinatário final do produto".

Segundo a avaliação dos Procons, a medida fere dispositivos legais que garantem ao consumidor direito a informação clara, precisa e adequada e que estabelecem obrigações de prestadores de serviços de prestar informações adequadas sobre os produtos.

Para o promotor Cláudio Tabagiba, que coordena o Procon de Minas Gerais, a mudança cria "grande possibilidade do consumidor ser ludibriado por informações visuais, principalmente, havendo afronta ao direito básico de informação e liberdade de escolha".

Em sua contribuição na consulta pública da ANP, ele defende que a medida não gera benefício ao consumidor e pode facilitar a sonegação.

O governo defende que a bomba deverá ter informações sobre a origem do combustível, caso seja diferente da bandeira do posto, mas o texto da MP com os detalhes ainda não foi divulgado.

Opositores da mudança dizem que o governo avançou

sobre atribuições da ANP, que vinha discutindo o tema com o mercado. "Na questão da fidelidade, houve atropelo da agência regulatória", diz Valéria Lima, diretora executiva de Downstream do IBP (Instituto Brasileiro do Petróleo).

As distribuidoras de combustíveis chegaram a conseguir liminar suspendendo o debate na ANP, alegando que não foram apresentados estudos que comprovassem os benefícios da mudança.

As empresas defendem que a medida amplia o risco de fraudes e tem pouco efeito prático, pois demandaria investimentos em novos tanques subterrâneos para armazenar combustíveis comprados de outras distribuidoras, já que os contratos atuais garantem exclusividade no uso da infraestrutura.

Entre os postos, há divergências. A Fecombustíveis (Federação Brasileira do Comércio Varejista de Combustíveis e Lubrificantes) já se posicionou contra a medida, prevendo um acirramento dos conflitos entre revendedores e distribuidores.

"Ao invés de melhorar a concorrência, a iniciativa vai piorar o mercado. Estão tentando copiar a ideia do posto multimarcas, que nunca deu certo", afirmou, antes da consulta pública da ANP, o presidente da federação, Paulo Miranda.

A AbriLivre (Associação Brasileira dos Revendedores de Combustíveis Independentes e Livres) afirmou que a medida garante "a livre iniciativa, a livre concorrência e a queda nos preços", mas pede regulamentação dos contratos de exclusividade.

"Não há racionalidade econômica de haver exclusividade para combustível comum", afirmou, em nota, o diretor executivo da entidade, Rodrigo Zingales.

Antes motivo de divergências entre distribuidoras e usineiros, a permissão para a venda direta de etanol aos postos foi encarecida com maior naturalidade pelo setor, que vê, porém, questões tributárias serem resolvidas, embora haja críticas também ao avanço sobre o papel da ANP.

Em consulta pública sobre o tema, a agência propôs que as usinas criassem distribuidoras para vender etanol, com o objetivo de resolver um problema tributário: como os impostos são divididos entre produtores, distribuidores e postos, havia o risco da venda direta pular uma etapa da arrecadação.

O governo resolveu o problema em relação aos impostos federais, transferindo a parcela do distribuidor para as usinas em caso de venda direta. A dúvida agora é como farão os estados. O IBP

“ Ao invés de melhorar a concorrência, a iniciativa vai piorar o mercado. Estão tentando copiar a ideia do posto multimarcas, que nunca deu certo

Paulo Miranda presidente da Fecombustíveis

“ Não há racionalidade econômica de haver exclusividade para combustível comum

Rodrigo Zingales diretor executivo da AbriLivre (Associação Brasileira dos Revendedores de Combustíveis Independentes e Livres)

mercado

Relator do IR altera tributação de empresas para reduzir perda de estados

Secretários estaduais, no entanto, calculam rombo de R\$ 16,5 bi com nova versão do texto

Fábio Pupo e Danielle Brant

BRASÍLIA O relator da reforma do Imposto de Renda, deputado Celso Sabino (PSDB-PA), apresentou nova versão do texto inserindo um corte de 1,5 ponto percentual na CSLL (Contribuição Social sobre Lucro Líquido), um tributo federal aplicado às empresas.

A previsão inicial era a Câmara votar a proposta nesta quarta-feira (11), mas a análise foi adiada. O texto pode ser levado ao plenário da Casa nesta quinta-feira (12).

Com a redução de 1,5 ponto das alíquotas da CSLL previsto no novo texto, a maioria das empresas veria esse tributo baixar de 9% para 7,5%. A diminuição na CSLL ocorre

enquanto o relator torna mais brando o corte no IRPJ (Imposto de Renda sobre Pessoa Jurídica), para tentar diminuir a resistência de estados e municípios à diminuição. A mudança é explicada porque os recursos obtidos com o IRPJ são compartilhados com governadores e prefeitos e a CSLL, não.

Essa é a terceira versão de substitutivo apresentada pelo relator para buscar apoio ao texto, mas, mesmo assim, os estados ainda calculam perda com a proposta.

De acordo com cálculos feitos pelo Comsefaz (comitê de secretários estaduais de Fazenda), as perdas para estados e municípios chegariam a R\$ 16,5 bilhões pelo novo

texto. A versão anterior estimava um rombo de R\$ 24 bilhões aos entes subnacionais.

A nova conta já considera a redução de R\$ 40 bilhões de carga tributária promovida pela proposta compensada pelas revisões de benefícios.

Os estados continuam apresentando resistências à proposta e citam entre as insatisfações a isenção ilimitada de dividendos para empresas do Simples somada à redução do IRPJ que alcançaria também essas companhias.

A terceira versão da proposta de Sabino foi apresentada na terça (10) à noite e propõe que a alíquota-base do IRPJ seja reduzida em 9,5 pontos percentuais —de 15% para 6,5% em 2022 e para 5,5% em 2023.

Na versão anterior, o corte era de 12,5 pontos percentuais —distribuídos em três anos e com parte da redução condicionada a um aumento na arrecadação pública.

O projeto original encaminhado pelo Executivo propusera uma redução bem mais tímida no IRPJ, dos atuais 15% para 12,5% em 2022 e 10% em 2023. Mas empresários haviam reclamado dizendo que, com a taxa dos dividendos em 20% prevista pelo texto, teriam aumento de carga no fim das contas.

Diante das reclamações da iniciativa privada, o relator vem tentando agradar aos empresários com um corte mais profundo. Mas enfrenta, a cada movimento, a rea-

ção de prefeitos e governadores —que não querem perder recursos do Imposto de Renda (que é recolhido pela Receita Federal, mas compartilhado com estados e municípios).

Em um dos principais pontos do texto, a criação da taxa de 20% sobre dividendos, o relator adicionou diferentes flexibilizações.

No texto original do governo, a única isenção era para a pessoa física que recebesse até R\$ 20 mil mensais de micro ou pequena empresa.

O substitutivo do relator isenta totalmente dividendos pagos por empresas do Simples. Também expande a isenção em outros casos, como para empresas que distribuem dividendos dentro do grupo

econômico e para coligadas (pelo texto, quando uma empresa detém 20% da outra).

Além disso, flexibiliza as regras de dividendos pagos a fundos de investimentos. Eles terão uma alíquota mais baixa, de 5,88%.

Outra mudança relevante foi sobre os JCP (juros sobre capital próprio), espécie de dividendos pagos pelas empresas e que hoje podem ser computados como despesas —abatendo impostos.

O texto do governo já previa o fim da dedutibilidade do JCP da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, mas ainda deixava a possibilidade de as empresas distribuírem os lucros usando o instrumento.

Caso os dividendos passassem a ser taxados, o JCP poderia virar um caminho para as empresas para distribuir lucros aos acionistas. Mas o substitutivo do relator agora elimina o JCP.

Relator não faz mudanças nas regras previstas para as pessoas físicas. Com isso, fica mantida a previsão de elevar a isenção (hoje, para quem ganha até R\$ 1.903,98 por mês) para R\$ 2.500 por mês.



O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), que recebeu manifesto por reforma tributária. Marcos Oliveira/Agência Senado

CNI, estados e auditores entregam ao Senado manifesto por reforma tributária ampla

Fábio Pupo e Washington Luiz

BRASÍLIA O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, recebeu de diferentes entidades nesta quarta-feira (11) um manifesto que defende uma reforma tributária ampla sobre bens e serviços no país. Entre os signatários, estão a CNI (Confederação Nacional da Indústria), os secretários estaduais de Fazenda e associações de auditores.

A Folha noticiou a preparação do manifesto no Painel S.A., no fim de julho.

A visita ocorreu na mesma tarde em que a Câmara se preparava para votar o projeto de lei que altera o Imposto de Renda, parte da reforma fatiada planejada pelo ministro Paulo Guedes (Economia) e que, no fim da tarde, não tinha mais perspectiva de ser apreciada pelos deputados.

Guedes diz não ser contra uma reforma ampla que englobe estados e municípios, como quem as entidades, mas tem se posicionado de forma contrária às discussões neste momento. Isso porque elas acabam tendo como resultado a proposta de criação de um fundo multibilionário bancado pela União para compensar governadores e prefeitos por eventuais perdas com as mudanças.

Além disso, ele tem dito que a alíquota a ser aplicada pelo imposto resultante das fusões de impostos seria muito alta, o que prejudicaria principalmente comércio e serviços. "É muito fácil dizer que tem

uma reforma ampla, mas, quando você vai olhar, não tem nada embaixo. É um painel cheio de botão, mas você aperta e não tem nenhum fim embaixo. É blá-blá-blá", afirmou o ministro em evento há cerca de três semanas.

Por isso, Guedes prefere que a discussão seja iniciada como o projeto de lei enviado pelo governo ao Congresso em 2020 e que une apenas os tributos federais PIS e Cofins na sugestão CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços).

Com a ajuda do presidente

Bolsonaro reduz pela terceira vez impostos sobre videogames

O presidente reduziu pela terceira vez a cobrança de IPI sobre jogos eletrônicos e acessórios. Com a medida, as alíquotas incidentes sobre consoles e máquinas de jogos de vídeo cujas imagens são reproduzidas numa tela. Já a cobrança de IPI sobre jogos de vídeo com tela incorporada, portáteis ou não, e suas partes, passa de 6% para 0%. No início do governo, essas alíquotas eram, respectivamente, de 50%, 40% e 20%. Segundo a Secretaria-Geral da Presidência, a mudança trará redução de arrecadação estimada em R\$ 82,9 milhões no ano de 2021.

da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), Guedes conseguiu barrar na Casa o avanço das discussões sobre uma reforma ampla e abriu caminho para sua reforma fatiada. Mas a proposta ainda pode caminhar no Senado, por meio das discussões em torno da PEC (proposta de emenda à Constituição) 110.

A PEC 110 extingue nove tributos (IPI, IOE, PIS, Pasep, Cofins, Salário-Educação, Cide-Combustíveis; além do estadual ICMS e do municipal ISS) e cria dois no lugar (Imposto Seletivo sobre bens e serviços específicos, como cigarro e bebidas).

Pacheco diz que a proposta vai caminhar mesmo com as discussões paralelas da Casa vizinha e passará por avaliação do senador Davi Alcolumbre (DEM-AP), um dos autores da PEC 110 e presidente da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça).

"Sem prejuízo dos projetos de lei que tramitam na Câmara dos Deputados, temos esse compromisso de avaliação e evolução da PEC 110 no Senado", disse Pacheco.

"Ainda hoje [quarta], o senador Roberto Rocha (PSDB-MA) requererá no plenário a realização de mais um ciclo de debates sobre essa matéria, que será submetido à CCJ", disse.

Além da CNI, assinam o manifesto entregue a Pacheco o Comsefaz (comitê de secretários estaduais de Fazenda), o Sindifisco Nacional, a Febra-

ite (Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais), a Fenafim (Federação Nacional dos Auditores e Fiscais de Tributos Municipais), o CCiF (Centro de Cidadania Fiscal), o Destra Brasil, o movimento Pra Ser Justo e o CLP (Centro de Liderança Pública).

No documento, as entidades pedem uma reforma completa dos impostos sobre o consumo de bens e serviços, que alcance tributos federais (PIS, Cofins e IPI), estaduais (ICMS) e municipais (ISS). "Uma reforma que torne o país mais justo e favoreça os investimentos e o crescimento econômico", afirmam em nota.

"Admitimos a implementação em ritmos diferentes dos tributos que venham a ser criados, tendo como objetivo chegarmos, no futuro, a uma unificação completa. É insuficiente uma mudança focada apenas nos tributos federais —que não apenas será um desperdício do consenso político construído nos últimos anos, como pode até mesmo dificultar uma reforma mais ampla no futuro", dizem as entidades.

Procuradas, as entidades afirmam ainda que o movimento decidiu não expressar no manifesto uma opinião sobre as mudanças trazidas pelo projeto de lei que altera o Imposto de Renda. Isso porque não há um posicionamento comum entre as diversas signatárias a respeito das medidas em discussão na Câmara.

A reforma do IR

PARA PESSOAS FÍSICAS

Isonção para a baixa renda

Como é Isento quem ganha até R\$ 1.903,98 por mês

Proposta do relator Não altera

governo Isento sobre para R\$ 2.500,00 por mês

Substitutivo do relator Não altera

Tabela do Imposto de Renda

Como é Desatualizada desde 2015

Proposta do relator Correção de 31% na faixa de isenção e de, em média, 13% nas demais

Substitutivo do relator Não altera

Desconto simplificado

Como é Na declaração anual de ajuste do Imposto de Renda, os contribuintes podem hoje pedir o desconto simplificado de 20%

Proposta do relator Somente quem ganha até R\$ 40 mil por ano (pouco

mais de R\$ 3.000 por mês) teria direito ao desconto

Substitutivo do relator Não altera

Dividendos

Como é São isentos

Proposta do relator Tributados em 20% na fonte, com isenção para até R\$ 20 mil por mês desde que a pessoa física receba de micro ou pequena empresa

Substitutivo do relator Isenta totalmente dividendos de empresas do Simples e R\$ 20 mil mensais pagos por pequenas empresas. Além disso, expande a isenção em outros casos —como para empresas que distribuem dividendos dentro do grupo econômico e para coligadas (pelo texto, quando uma empresa detém 20% da outra), além de flexibilizações para fundos de investimento

PARA PESSOAS JURÍDICAS

Redução de alíquota

Como é Alíquota do IRPJ é hoje de 15%. Além disso, há cobrança de 10% sobre o lucro que exceder R\$ 20 mil

Proposta do relator Corte da alíquota-base de 15% em 5 pontos percentuais gradualmente, para 12,5% em 2022 e 10% em 2023

Substitutivo do relator Não altera

PARA INVESTIMENTOS

JCP (juros sobre Capital Próprio)

Como é Além dos dividendos, as empresas podem distribuir lucros aos acionistas por meio do JCP. Ele pode ser computado pelas empresas como despesa (ou seja, ajuda a abater impostos)

Proposta do relator Fim da dedutibilidade do JCP da base de cálculo do IRPJ e da CSLL

Substitutivo do relator Acaba não só com a dedutibilidade, como também com o JCP em si

Fundos imobiliários

Como é Hoje há isenção sobre os rendimentos distribuídos a pessoa física no caso de fundos imobiliários com cotas negociadas em Bolsa a partir de 2022

Proposta do relator Fim da isenção e cobrança de 15%

Substitutivo do relator Mantém a isenção existente hoje

Come-cotas em fundos abertos e fechados

Como é Os fundos abertos pagam imposto (o chamado

mais de R\$ 3.000 por mês) teria direito ao desconto

Substitutivo do relator Não altera

Dividendos

Como é São isentos

Proposta do relator Tributados em 20% na fonte, com isenção para até R\$ 20 mil por mês desde que a pessoa física receba de micro ou pequena empresa

Substitutivo do relator Isenta totalmente dividendos de empresas do Simples e R\$ 20 mil mensais pagos por pequenas empresas. Além disso, expande a isenção em outros casos —como para empresas que distribuem dividendos dentro do grupo econômico e para coligadas (pelo texto, quando uma empresa detém 20% da outra), além de flexibilizações para fundos de investimento



Veículo: G1	
Data: 15/07/2021	

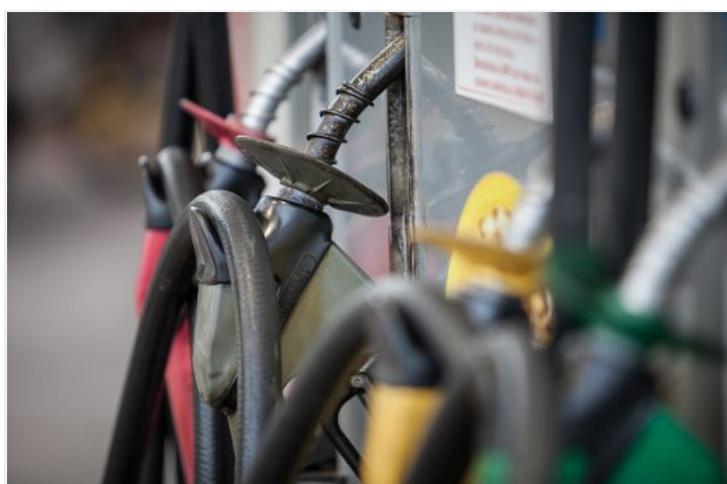


Perdas com mercado irregular de combustíveis no Brasil somam R\$ 26 bilhões por ano, aponta FGV

De acordo com o levantamento, a maior parte da perda foi apurada a partir de crimes como adulteração, roubo de cargas, bombas fraudadas e postos piradas.

Por Reuters

15/07/2021 14h25 Atualizado há 4 minutos



Bombas de gasolina de posto na zona sul de São Paulo — Foto: Marcelo Brandt/G1

As perdas tributárias e operacionais com o mercado irregular de combustíveis no Brasil somam R\$ 26 bilhões ao ano, apontou um estudo da Fundação Getulio Vargas (**FGV**), encomendado pelas principais distribuidoras de combustíveis do país e obtido pela Reuters com exclusividade.

Do montante total, R\$ 15,6 bilhões foram apurados como perdas operacionais a partir de crimes como adulteração, roubo de cargas, bombas fraudadas, postos piradas, dentre outros, segundo o documento. Já os prejuízos tributários, que incluem sonegações e inadimplências, somam R\$ 14 bilhões ao ano que deixam de ser recolhidos por governos estaduais e União.

- **Como são formados os preços da gasolina e do diesel?**



O que faz os preços da gasolina e diesel subirem?

Dos R\$ 29,7 bilhões que representam o total das perdas, R\$ 3,7 bilhões foram deduzidos no estudo, para evitar a dupla contagem.

"(O objetivo com o estudo) não é só estimar o tamanho do problema e sim também desenhar um plano de solução", disse Carlo Faccio, diretor-geral do Instituto Combustível Legal (ICL), que tem como missão discutir com a sociedade medidas de combate ao comércio irregular de combustíveis. O estudo foi encomendado pelas associadas do ICL BR Distribuidora, Ipiranga, do grupo Ultra, e Raízen, uma joint venture da Cosan com a Shell.

Dentre as iniciativas atuais do instituto está a busca por sensibilizar e informar a sociedade em geral, opinião pública, parlamentares e tomadores de decisão sobre os prejuízos causados pela prática do devedor contumaz, aquele que faz uso da sonegação por meio de brechas da Justiça para comercializar produtos a preços muito abaixo dos concorrentes.

Além disso, o ICL defende simplificações tributárias e a criação de um centro de monitoramento de combustíveis volumétrico e fiscal, que envolveria órgãos públicos e reguladores, além da iniciativa privada, uma proposta já apresentada ao governo federal.

Faccio alertou ainda que o cenário, que já era preocupante, tornou-se pior diante da pandemia de Covid-19, que levou a um contingenciamento de recursos para fiscalização, além limitações de fiscalização presencial - devido aos riscos da doença. Com isso, segundo ele, houve espaço para a ampliação de práticas ilícitas.

"Diante da situação pandêmica... a gente teve a tempestade perfeita para oportunistas de plantão", declarou.

O resultado disso, ressaltou Faccio, poderá ser um aumento das perdas com irregularidades a serem ainda computadas nos próximos anos.

Veículo: G1	
Data: 16/07/21	



Monitor do PIB aponta crescimento de 1,8% em maio, diz FGV

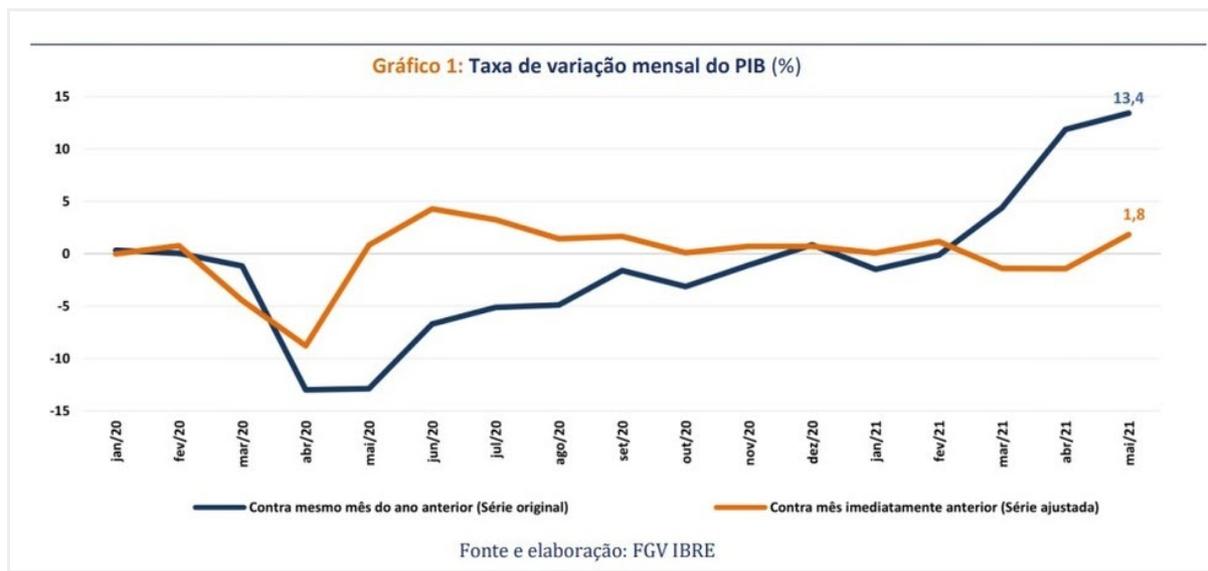
Resultado foi superior ao apontado pelo Banco Central, que apontou queda de 0,43% da atividade econômica do Brasil frente a abril.

Por G1 — Rio de Janeiro

16/07/2021 10h02 Atualizado em 19 horas

A economia brasileira cresceu 1,8% em maio, na comparação com abril, aponta o Monitor do PIB divulgado nesta sexta-feira (16) pela **Fundação Getúlio Vargas (FGV)**. Frente a maio de 2020, a atividade econômica cresceu 13,4%.

Já no trimestre móvel terminado em maio houve retração de 0,9% na comparação com o trimestre móvel terminado em fevereiro. Em relação ao mesmo trimestre móvel do ano passado, no entanto, houve crescimento de 9,7% do indicador.



Economia brasileira mantém trajetória de crescimento, segundo o monitor do PIB da FGV — Foto: Reprodução/FGV

O dado da FGV mostrou cenário melhor que o indicado pelo Índice de Atividade Econômica (IBC-Br) do Banco Central. A prévia divulgada pelo banco na quarta-feira (14) apontou **queda de 0,43% do PIB em maio, frente a abril** - resultado pior que o esperado pelo mercado, que estimava um crescimento de 1,05% no mês.

Segundo o coordenador do Monitor do PIB-FGV, Claudio Considera, o ritmo intenso de crescimento da economia na comparação com o ano passado se deve à baixa base de comparação. Ele enfatizou que, a despeito do resultado positivo, a atividade econômica do país ainda não retomou o patamar pré-pandemia.

“A economia ainda se encontra 0,7% abaixo do nível que detinha em fevereiro de 2020, período anterior ao início da pandemia no país. Esses resultados mostram que ainda há um longo caminho para a retomada mais robusta da economia”, enfatizou o pesquisador.

MÍRIAM
LEITÃO

blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao
 miriamleitao@oglobo.com.br
 Com Alvaro Gribel (de São Paulo)



Confusões de uma agenda eleitoreira

A reforma do Imposto de Renda teve três versões em 30 dias e nenhuma delas passou por comissões ou foi debatida antes de ser pauta para plenário. Só não foi votada ontem porque foi atropelada pelo projeto da reforma eleitoral. A PEC dos precatórios é uma pedalada, cria uma contabilidade paralela fora do Orçamento e muda a regra de ouro. O Bolsa Família pode virar um programa no qual vários outros são pendurados, perder o foco e parte do mérito que o tornou um programa simples e eficiente. A reforma do IR, a PEC dos precatórios e a mudança do Bolsa Família têm algumas coisas em comum: foram mal formulados, fazem parte de uma agenda hiperativa

que traz mais distorção do que solução.

Está sendo difícil acompanhar as mudanças frequentes em projetos que tramitam de afogadilho na Câmara, sob a gestão do presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL). Ontem, o último texto da reforma do Imposto de Renda foi apresentado de madrugada pelo deputado Celso Sabino (PSDB-PA) para ser votado em menos de 24 horas sob regime de urgência, dispensando os debates em cinco comissões. E uma das novidades foi a redução da Contribuição Social sobre Lucro Líquido para compensar a queda menor do IRPJ. Ao fim, a votação foi adiada, atropelada por outro projeto, também sem pé nem cabeça, das regras eleitorais do país.

A proposta de Paulo Guedes foi extemporânea e tão mal feita que o ministro ao divulgar já admitiu mudar tudo. Para o trabalho de consertar o projeto foi escalado o deputado Celso Sabino. Só que ele vive tutelado pelo ministro e improvisa a cada momento que chega uma reclamação. A pressa em colocar na mesa esse projeto era para corrigir a tabela do Imposto de Renda Pessoa Física, em tempo de ser usado como bandeira eleitoral do presidente Jair Bolsonaro em 2022. Como a medida abre um buraco no Orçamento, os lucros e dividendos das empresas passaram a ser tributados em 20%. E para atenuar o aumento de carga sobre as empresas, cortou-se alíquotas de

IRPJ. Só que isso tira dinheiro dos estados e municípios. O IRPJ financia os fundos de participação dos estados e municípios. A queda do imposto produz perdas bilionárias para os fundos, que são importante para reduzir as desigualdades regionais.

O que chama atenção nesse assunto é que o país passou três anos discutindo uma reforma tributária ampla dos impostos indiretos,

Reforma do IR, mudança do Bolsa Família e PEC dos precatórios foram mal formulados e trazem mais distorção do que solução

com dois grandes projetos em tramitação nas duas Casas. O governo ignorou o esforço, prometeu mandar uma reforma em quatro fases. Até agora, enviou uma unificação do PIS/Cofins, que ninguém mais ouve falar e que aumenta a carga, e esse PL do Imposto de Renda. Ontem, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, avisou que vai retomar a tramitação do projeto que está no Senado, a PEC 110, que unifica impostos indiretos. Avisou que essa é a agenda que o setor produtivo quer.

A PEC dos precatórios provoca dois abalos na credibilidade fiscal do país. Dá uma pedalada nas despesas do governo — ou seja, posterga dívidas para financiar outro gasto — e cria um orçamento paralelo, com passivos não contabilizados nas principais estatísticas da dívida públi-

ca. Segundo a Instituição Fiscal Independente (IFI), se a PEC estivesse em vigor desde 2016 o governo teria tirado R\$ 91 bilhões de gastos no Orçamento. Esse valor de precatórios teria sido parcelado ou pago por fora do teto de gastos. Toda essa confusão está sendo feita por motivos eleitoreiros. O governo quer mais dinheiro para gastar e reformular o Bolsa Família.

As pedaladas fiscais foram a razão alegada para o impeachment da presidente Dilma Rousseff. Desta vez, a equipe econômica diz que se trata de uma “modernização” da regra dos precatórios e que tudo será feito pelo Congresso. Será uma pedalada institucionalizada, como definiu o próprio TCU. Um dos grandes avanços fiscais do país foi unificar os orçamentos — o Brasil tinha três — e retirar os esqueletos do armário. O risco agora é de retrocesso.

Uma das virtudes do Bolsa Família era ter foco e ser simples. O governo, para se apropriar do programa que criticava, vai pendurar sete outros programas nele apenas para mudar de nome. Um deles é o voucher-creche, que já foi derrubado pelo Congresso. O Bolsa Família transformado em Auxílio Brasil pode perder foco e eficiência.

O Ministério da Economia está fazendo toda essa confusão, quebrando regras fiscais, para seguir a agenda política de reeleição de Bolsonaro.

Petrobras anuncia o nono aumento da gasolina neste ano

Alta de 3,3% começa valer nas refinarias hoje e será repassada aos consumidores. Combustível ficou 51% mais caro em 2021

BRUNO ROSA
bruno.rosa@oglobo.com.br

A Petrobras anunciou que vai reajustar mais uma vez os preços da gasolina em suas refinarias, a partir de hoje. De acordo com a estatal, o valor médio do litro do combustível vendido às distribuidoras vai subir de R\$2,69 para R\$ 2,78. É um avanço de R\$ 0,09 ou 3,34% por litro, que deve ser repassado ao preço final cobrado do consumidor por distribuidores e revendedores do combustível. O valor fi-

nal cobrado na bomba, porém, depende de outras variáveis, como impostos e margem do distribuidor.

Esse foi o nono aumento no preço da gasolina determinado pela Petrobras só neste ano. A companhia também fez quatro reduções no valor e, com isso, no resultado acumulado, o combustível ficou 51% mais caro de janeiro até agora.

Em nota, a estatal explicou que a alta acompanha a elevação nos patamares internacionais de preços e foi

realizada “de forma a garantir que o mercado siga sendo suprido sem riscos de desabastecimento”.

A Petrobras destacou que, até a gasolina chegar ao consumidor, o preço é acrescido de tributos federais e estaduais (39,1%), gastos com aquisição e mistura obrigatória de etanol anidro (15,7%), além dos custos e margens de ganhos das companhias distribuidoras e dos revendedores (12,2%).

O valor cobrado pela Petrobras nas refinarias corres-

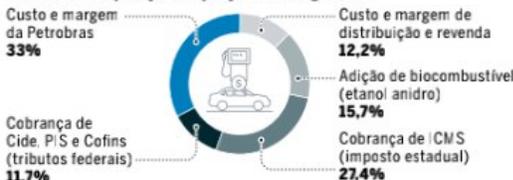
A ESCALADA DOS PREÇOS

Em 2021, a Petrobras aumentou o preço do combustível nove vezes e reduziu quatro

Evolução dos preços em 2021
(Na refinaria, por litro, em R\$)



Como é a composição do preço final da gasolina*



* No período entre 25 de julho e 31 de julho de 2021.
Fonte: Petrobras

Editoria de Arte

ponde a 33% do preço cobrado na bomba, segundo a Agência Nacional do Petróleo (ANP). “Assim, os valores praticados nas refinarias pela Petrobras são diferentes dos percebidos pelo consumidor final no varejo”, explicou a estatal em comunicado.

A empresa informou também que busca evitar o repasse imediato das oscilações do produto no mercado internacional para os preços internos. “Nossos preços seguem buscando o equilíbrio como mercado internacional e acompanham as variações

do valor dos produtos e da taxa de câmbio, para cima e para baixo”, diz a nota divulgada pela companhia.

DIESEL NÃO SOBE

O óleo diesel não será reajustado dessa vez. A última alta no preço ocorreu no início de julho, quando subiu em média R\$ 0,10 por litro. Preocupado com uma possível reação por parte dos caminhoneiros, o governo vem tentando reduzir os impactos da alta do petróleo no preço do diesel com a redução na carga tributária.

Na semana passada, o presidente Jair Bolsonaro afirmou que está estudando zelar os tributos federais que incidem sobre o diesel. Em julho, o presidente já havia anunciado um corte de R\$0,04 no PIS/Cofins cobrado sobre o diesel.

Em março, Bolsonaro reduziu temporariamente o PIS/Cofins sobre o diesel e o gás de cozinha, por dois meses, e elevou os impostos de bancos até o fim deste ano para compensar a perda de arrecadação.

Governo passará a cobrar impostos sobre o álcool anidro importado



CAMPERJ EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente da CAIXA DE ASSISTÊNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (CAMPERJ), no uso de suas atribuições estatutárias, tendo em vista o disposto no art. 19, inciso I, do Estatuto da entidade, **CONVOCA** os associados fundadores e efetivos para a **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA** destinada a eleger os membros dos Conselhos Diretor e Fiscal, para o quadriênio 2021/2025, a realizar-se no dia 03 de setembro de 2021, sexta-feira, no Posto de Atendimento da CAMPERJ, situado no 4º andar do edifício sede da Procuradoria Geral de Justiça, localizado na Avenida Marechal Câmara, nº 370, Rio de Janeiro (RJ), iniciando-se às 8 (oito) horas e 30 (trinta) minutos, em primeira convocação, ou às 9 (nove) horas, em segunda e última convocação, e encerrando-se às 17 (dezesete) horas do mesmo dia. As instruções para a eleição estarão disponíveis no portal da CAMPERJ na internet (<http://www.camperj.com.br>).

Rio de Janeiro (RJ), 09 de agosto de 2021.

Eduardo da Silva Lima Neto
Presidente da CAMPERJ

MANOEL VENTURA
E GLAUCE CAVALCANTI
economia@oglobo.com.br
BRASÍLIA/ERO

Uma medida provisória (MP) assinada ontem pelo presidente Jair Bolsonaro acaba com a redução de impostos do álcool anidro importado por distribuidoras e usado na mistura com a gasolina. A importação era isenta de imposto. A MP acaba com essa desoneração, segundo nota do Palácio do Planalto. O objetivo é permitir a venda de etanol di-

retamente dos produtores aos postos, sem precisar passar por distribuidora, como é hoje. Mas vem em momento de alta de combustíveis.

O governo, porém, diz que a MP busca dar maior eficiência logística, com benefícios aos consumidores, e maior competitividade ao setor.

A medida provisória também permitirá que um posto venda combustível de qualquer distribuidor, independentemente da bandeira a qual é associado, desde que

devidamente informado ao consumidor. As medidas previstas na MP vão entrar em vigor dentro de quatro meses.

Entidades que representam distribuidoras e o setor de óleo e gás de temem que a MP aumente a complexidade tributária, abrindo brechas para irregularidades e sonegação fiscal, sem apresentar comprovação de que haverá ganho em redução no preço.

— Não acreditamos que vá levar a menor preço de derivados. Eleva o custo regulatório e de transação do segmento — disse Valéria Lima, diretora de Downstream do IBP (Instituto Brasileiro do Petróleo).

Relator oferece corte menor de IR de empresa

Proposta prevê redução de 9,5 pontos percentuais em dois anos e foi incluída na quarta versão do texto da reforma para vencer resistência de estados. Projeto conta com alíquota menor de CSLL. Mas governos locais estimam perda de R\$ 16,5 bi

FERNANDA TRISOTTO
fernanda.trisotto@oglobo.com.br
BRASÍLIA

Apesar de um novo relatório, reuniões de mais de três horas e pedidos de novos cálculos, estados e municípios continuam alegando prejuízos de R\$ 16,5 bilhões com a proposta do governo de alteração do Imposto de Renda. Assim, este ponto da reforma tributária — que sofre pressão de Arthur Lira (PP-AL), presidente da Câmara, para ser aprovada de forma célere — segue num impasse. Agora, a expectativa é de que possa ser votado hoje.

No fim da noite de terça-feira, o relator da proposta, o deputado Celso Sabino (PSDB-PA) apresentou sua quarta versão do projeto, para tentar reduzir as resistências. O texto começou a ser analisado na manhã de ontem. Nele, Sabino recuou no tamanho do corte do Imposto de Renda das empresas, pois estes recursos são divididos com estados e municípios, e compensou com uma redução maior da alíquota da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL), que tem sua arrecadação destinada somente ao governo federal.

Assim, no caso do Imposto de Renda das empresas (IRPJ), o texto passou a prever redução de 9,5 pontos percentuais até 2023. Com isso, a alíquota passaria dos atuais 25% para 15,5% em dois anos. Em troca, Sabino sugeriu um corte de 1,5 ponto na alíquota da CSLL, que iria dos atuais 9% para 7,5% em 2022.

Após esta proposta, o Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz) revisou seus cálculos e concluiu que mesmo com as mudanças, a reforma implicará perda de R\$ 16,5 bilhões para estados e municípios, com a diminuição dos repasses do fundo de participação. Para os estados, o impacto seria de R\$ 8,6 bilhões. Já os municípios per-

deriam R\$ 7,9 bilhões.

O relator e a equipe econômica ficaram em reunião durante mais de três horas. Grupos resistentes à proposta discutiam como aparar as arestas, mas não houve acordo. O relator estava reticente em alterar mais uma vez o substitutivo — seria sua quinta versão —, mas ouviu sugestões.

SEM DESTAQUES

Sabino, em linha com a posição de Lira, indicou a possibilidade de os temas serem tratados por meio de destaques ao projeto. Mas esse foi mais um ponto de impasse. Houve o entendimento de que modificações relevantes não podem ser feitas por destaque, mas sim no próprio parecer do relator. O texto chegou a entrar na pauta de votação da Câmara, mas não foi votado.



Esforço . O deputado Celso Sabino já fez quatro versões do parecer, mas ainda não conseguiu chegar a um consenso

A nova versão do relatório também não agradou ao setor empresarial. O advogado Gustavo Brigagão, presidente do Centro de Estudos das Socie-

dades de Advogados (Cesa) e articulador de um manifesto contra a reforma apoiado por 57 entidades, classificou o texto como “um dos maiores re-

trocessos em matéria tributária”. A Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca) também criticou o novo parecer. Avalia que o cor-

te menor no IR das empresas levará a aumento de tributação e a taxação de 20% nos dividendos inibirá investimentos de empresas.

IMPOSTO SOBRE CONSUMO

Em outra frente, entidades da indústria, estados e sociedade civil divulgaram manifesto cobrando reforma ampla para os impostos sobre consumo. O texto, entregue ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), defende a inclusão dos tributos federais (PIS, Cofins e IPI), estadual (ICMS) e municipal (ISS). O grupo é formado pelo Comsefaz, Confederação Nacional da Indústria (CNI) Sindifisco Nacional, a Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais (Febrafite), Centro de Liderança Pública (CLP), entre outros.

PEC dos Precatórios afeta 4,6 mil ações do INSS

MARTHA IMENES
martha.imenes@oglobo.com.br

Ao menos 4.619 ações judiciais de segurados do INSS serão afetadas pela proposta de emenda à Constituição (PEC) dos Precatórios, enviada pelo governo nesta semana ao Congresso. O texto tem como principal objetivo o adiamento do pagamento de dívidas da União reconhecidas pela Justiça como forma de abrir espaço no Orçamento para a ampliação do Bolsa Família sob o nome de Auxílio Brasil em 2022, ano eleitoral.

A PEC prevê o parcelamento, em até dez anos, dessas dívidas reconhecidas pela Justiça, chamadas precatórios, superiores a R\$ 455 mil. No Brasil, mais de 4 mil processos previdenciários e assistenciais se encaixam no perfil, segundo balanço enviado ao GLOBO por três tribunais regionais federais. Os valores são referentes a revisões de aposentadorias, pensões, auxílios-doença, pensões e outros benefícios.

— Os precatórios de maior valor são exatamente dos segurados que esperam há mais tempo para receber o dinheiro — ressalta Adriane Bramante, presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP).

Na área de São Paulo e Mato Grosso do Sul (TRF-3), há um total de 2.524 precatórios com valores acima de R\$ 455 mil. No Sul (TRF-4), são 1.479 nessa situação. E nos estados de abrangência do TRF-2 (Rio e Espírito Santo), são 616 processos judiciais acima desse valor. O TRF-1 e o TRF-5 não informaram qual parcela dos precatórios do INSS se enquadra nessa faixa.

A PEC dos Precatórios prevê o pagamento à vista de 15% do valor devido no primeiro ano, com o restante parcelado em nove anos. De acordo com a proposta, até 2029, o governo só poderá gastar até 2,6% de sua receita corrente líquida para pagar precatórios. Por essa regra, em 2022, apenas os precatórios abaixo de R\$ 455 mil serão pagos à vista.



Bolsonaro quer direcionar R\$ 15 bi de subsídios para compensar imposto zero do diesel

Segundo o presidente, este montante não poderia ser direcionado a novos gastos em função do limite imposto pela lei do teto

Por Matheus Schuch, Valor — Brasília

12/08/2021 09h26 · Atualizado há uma hora

O presidente **Jair Bolsonaro** afirmou nesta quinta-feira que avalia junto ao ministro da Economia, Paulo Guedes, e ao secretário da Receita Federal, José Tostes Neto, o uso de **R\$ 15 bilhões** destinados a subsídios para **zerar a cobrança de PIS/Cofins do diesel** a partir do ano que vem. Segundo o presidente, este montante não poderia ser direcionado a novos gastos em função do limite imposto pela lei do teto.

“Para o final do ano, tem de reduzir aproximadamente R\$ 15 bilhões de subsídios. Geralmente este dinheiro vai para o Tesouro, então não vai para nós porque tem o Teto de Gastos, vai para abater dívida. Bacana, bacana. Conversei com o Paulo Guedes e com o secretário da Receita, vamos pegar estes R\$ 15 bilhões e abater nos R\$ 19 bilhões que nós arrecadamos de PIS/Cofins do diesel, ou seja, eu pretendo zerar o imposto do diesel para o início do ano que vem, porque todo mundo ganha com isso”, afirmou o presidente, em entrevista à Rádio Jovem Pan de Maringá (PR).

Diante da escalada no preço dos combustíveis, o presidente tem sido pressionado por caminhoneiros, que em grande parte o apoiaram nas eleições.

Bolsonaro ainda utilizou a entrevista para acusar o Supremo Tribunal Federal (STF) de promover “várias interferências fora da casinha deles”, citou a condução pelo ministro Alexandre de Moraes do inquérito sobre interferência na Polícia Federal e a investigação sobre fake news, na qual foi recentemente incluído. Também voltou a sugerir que o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Luis Roberto Barroso, pressionou deputados a se posicionarem contra a PEC do voto impresso, derrotada nesta semana.

“O papel do Supremo é tratar de questões constitucionais, mas tem ministros como o Barroso que fazem política”, provocou Bolsonaro.





Jair Bolsonaro — Foto: AP Photo/Eraldo Peres

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Bomba portátil vira sensação em Salvador.

BOMBA SMART PRO

Saiba Mais

LINK PATROCINADO

Homem descobre disco aparador indestrutível e começa cobrar 3 vezes mais por seus serviços.

FERRAMENTAS CRIATIVAS

Saiba Mais

LINK PATROCINADO

40 Carros mais inúteis de todos os tempos

DESAFIOMUNDIAL

LINK PATROCINADO

Uma carteira com muitos bolsos para cartões e tecnologia de bloqueio rfid

CARTEIRA KNUF

Saiba Mais

LINK PATROCINADO

Garanta a sua enquanto há estoque disponível

KNEE ELITE

LINK PATROCINADO

Especialistas recomendam! Alívio para lombar, ciático, cóccix e pernas.

MELHOR POSTURA

"Não continuem nos provocando", diz Bolsonaro em novo ataque a ministros do STF

VALOR INVESTE

Petrobras aumenta preços da gasolina nas refinarias

O aumento acumulado na gasolina ao longo de 2021 é de 54,71%, conforme levantamento do Valor Data

Por Gabriela Ruddy e André Ramalho — Do Rio

12/08/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

A Petrobras vai reajustar a partir de hoje a gasolina em R\$ 0,09 por litro em suas refinarias. O combustível passará a ser vendido ao preço médio de R\$ 2,78 por litro, em uma alta de 3,5%.

Este foi o segundo aumento no preço da gasolina na gestão Joaquim Silva e Luna. Desde que o general da reserva assumiu a presidência da petroleira, em abril, a companhia tem optado por reduzir a frequência nos reajustes dos combustíveis, de modo a evitar repassar volatilidades do câmbio e do preço do barril no mercado internacional aos consumidores.

O aumento acumulado na gasolina ao longo de 2021 é de 54,71%, conforme levantamento do Valor Data. A companhia aumentou o preço da gasolina em suas refinarias nove vezes este ano e reduziu em três ocasiões.

Segundo a StoneX, com a alta de hoje, a estatal acompanhou o movimento do mercado internacional e agora trabalha com preços alinhados à paridade de importação para o combustível.

Nos cálculos da Ativa Investimentos, no entanto, mesmo após o reajuste, os preços ainda têm uma defasagem de 13%. Antes do aumento, a Ativa estimava que havia

espaço para uma alta de 17%. “Sempre informamos que as altas para mitigar a defasagem poderiam ser feitas de forma fracionada”, diz o economista da Ativa Guilherme Sousa.

O combustível ajustado pela Petrobras nas refinarias é a gasolina tipo A, que ainda é acrescida de impostos e do etanol anidro antes de chegar às bombas. A estatal estima que sua parcela no produto final, após o reajuste, passe a ser de R\$ 2,03 por litro, em média.

A petroleira disse, em nota, que evita o repasse imediato ao mercado interno das volatilidades causadas por questões externas. Por outro lado, a companhia confirmou que segue buscando o equilíbrio com os preços internacionais. “O alinhamento dos preços ao mercado internacional é fundamental para garantir que o mercado brasileiro siga sendo suprido sem riscos de desabastecimento.”

A estimativa é que o reajuste na gasolina vai chegar às bombas nos últimos dez dias de agosto. Para a Ativa, a elevação da gasolina pode contribuir com o IPCA em 0,02% em agosto e 0,05% em setembro.

A Petrobras não anunciou alterações nos preços do diesel. Para a StoneX, há espaço para uma redução nos preços do diesel de R\$ 0,09 o litro. Ainda assim, a tendência é que o preço nas bombas seja pressionado nos próximos meses, para cima, pela alta do biodiesel.

Mais do Valor **Econômico**

Análise: Serviços explicam a piora nas expectativas de inflação de 2022

Reforma do IR e honestidade intelectual

É fundamental que os debates em torno dessa proposta e o juízo sobre a validade ou conveniência das ideias que se pretende implementar sejam baseados, honestamente, em dados reais e objetivos, não em narrativas fantasiosas

Por Diogo Ferraz

12/08/2021 05h01 · Atualizado há 6 horas

As últimas semanas foram tomadas por debates em torno da proposta do governo federal para a “reforma” do Imposto de Renda (das pessoas físicas e jurídicas) e da CSLL, materializada no Projeto de Lei nº 2.337/2021. Em geral, as reações foram extremamente negativas e apontaram inconsistências, contradições e efeitos colaterais nas medidas propostas. Mesmo aqueles que concordam com determinados pontos do projeto tendem a criticar a sua dosimetria e é possível dizer que o projeto conseguiu a proeza de obter uma rejeição quase unânime, mesmo nos tempos de absoluta polarização que vivemos.

A maioria dessas manifestações focou, corretamente, em aspectos técnicos das mudanças: má técnica legislativa, dupla tributação, maior viés fiscal em favor do capital de terceiros em detrimento do capital próprio, incentivo ao investimento financeiro em lugar do investimento produtivo, aumento da carga tributária em geral, entre outros. Neste texto, no entanto, quero abordar outra questão, que me parece tão ou mais relevante: a honestidade intelectual dos motivos alegados pelo governo para cada mudança. Centrarei minha atenção na tributação dos dividendos, ponto da proposta que é ilustrativo do que pretendo mostrar.

É fundamental que os debates em torno dessa proposta sejam baseados em dados reais, não em narrativas fantasiosas

Apesar de a exposição de motivos afirmar que a criação dessa tributação estaria baseada em um suposto alinhamento internacional, todas as manifestações midiáticas de representantes do governo sobre o tema justificam a nova cobrança sob a alegação de que a isenção de dividendos faria com que os sócios de pessoas jurídicas, pertencentes à parcela mais rica da sociedade, fossem muito menos tributados do que os empregados das mesmas empresas, submetidos às alíquotas progressivas do IR (até 27,5%). Infelizmente, trata-se de um show de meias-verdades.

A comparação com a tributação de empregados pode ser politicamente sedutora, mas é economicamente enganosa. Para desmistificar essa linha de justificação, basta reconhecer uma premissa óbvia: dinheiro não nasce em árvore. Isso significa que tanto as remunerações dos empregados quanto os dividendos dos sócios advêm das mesmas receitas auferidas pela empresa. Sem essas receitas, não há pagamento de dividendos aos sócios nem de remunerações aos empregados, de modo que esses fluxos de recursos não podem ser considerados como se fossem autônomos entre si. Voltando à obviedade a que me referi, o dinheiro não brota na empresa e, depois, brota separadamente para os sócios e para os empregados. Na verdade, os frutos entregues aos sócios e aos empregados, embora possam ter tamanhos, épocas de safra e sabores diferentes, nascem da mesma árvore.

Colocadas as coisas sob a perspectiva correta, há de se ter em mente que os salários de funcionários são dedutíveis na apuração do IRPJ e da CSLL, enquanto os dividendos pagos pela mesma empresa aos seus sócios, não. Logo, a parcela das receitas da pessoa jurídica que é consumida pela remuneração dos seus empregados não é onerada por aqueles tributos na pessoa jurídica, mas a parcela dessas mesmas receitas destinada aos seus sócios (dividendos), sim.

Em um exemplo básico, se uma empresa auferir R\$ 100 de receitas e possui gastos de R\$ 40, todos relacionados com o pagamento de empregados, tem-se a seguinte situação: por um lado, a parcela da receita correspondente aos R\$ 40 não será tributada na empresa, eis que dedutível na apuração do IR e da CSLL; essa parcela, conseqüentemente, será tributada apenas nos funcionários que a receberem (27,5%); por outro lado, a parcela da receita correspondente aos R\$ 60 de lucro (R\$ 100 - R\$ 40) e passível de distribuição aos sócios não será tributada nos sócios (isenção), mas será tributada na própria empresa (34% no lucro real).

Diante disso, considerando apenas os tributos sobre a renda, efetivamente, os recursos destinados ao pagamento de funcionários são tributados com uma alíquota de até 27,5%; já os recursos destinados aos sócios são atualmente tributados com uma alíquota combinada de 34% no lucro real. E é possível fazer uma observação adicional: a tributação dos valores que chegam aos empregados ainda poderá ser reduzida pelas deduções permitidas pela legislação (por exemplo, com saúde, educação e dependentes), enquanto os mesmos gastos incorridos pelos sócios não influenciarão a tributação dos recursos a eles destinados, dado que suas despesas pessoais não são dedutíveis na pessoa jurídica.

Pode-se alegar que deveria haver uma diferença ainda maior em favor das remunerações dos empregados. Pode-se argumentar que, no lucro presumido, a tributação da renda efetiva da pessoa jurídica seria menor do que 34% (o que dependerá, em rigor, da real margem de lucro de cada empresa). Nesses casos, contudo, a solução poderia ser reduzir a tributação dos empregados ou ajustar as margens de presunção, não criar uma incidência separada que tornará o sistema mais complexo, oneroso e desconexo.

Independentemente da alternativa a ser escolhida, é fundamental que os debates em torno dessa proposta, infelizmente limitados pela pressa com que ela vem sendo tocada no congresso, e o juízo sobre a validade ou conveniência das ideias que se pretende implementar sejam baseados, honestamente, em dados reais e objetivos, não em narrativas fantasiosas. Sem isso, em lugar da construção democrática de um sistema tributário verdadeiramente mais justo e equilibrado, teremos a imposição de um que, fingindo fazer justiça, atenda a interesses meramente arrecadatários.

Diogo Ferraz é sócio de Freitas Leite Advogados, doutor em Direito Tributário pela Universitat de Barcelona, mestre em Direito Público pela UERJ e coordenador do Projeto Jurisprudência Tributária (PJT)

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

MP libera venda de etanol direto de usinas para postos

Governo sugere possibilidade de queda nos preços, mas iniciativa é criticada por distribuidoras

Por Rafael Walendorff, Matheus Schuch e Lu Aiko Otta — De Brasília

12/08/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas



Posto de combustível em São Paulo: nova regra vai permitir ao varejo adquirir etanol diretamente nas usinas — Foto: Paulo Fridman/Bloomberg News

O presidente Jair Bolsonaro assinou ontem, em cerimônia no Palácio do Planalto, a medida provisória que permite a produtores e importadores venderem etanol hidratado diretamente aos postos de combustíveis, sem intermediação dos distribuidores. A proposta também possibilita a comercialização pelos postos “bandeirados” de combustíveis de fornecedores diferentes daqueles ligados à marca comercial exclusiva, “devidamente sinalizado ao consumidor”.

A assinatura da MP atendeu a um pleito antigo das usinas de álcool do Nordeste e foi celebrada como “possibilidade” de reduzir o preço dos combustíveis na bomba. O movimento desagradou as distribuidoras, que acusaram o governo de atropelar os trabalhos de consulta pública e regulamentação dos temas em curso na Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Em nota, o Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP) disse ter sido surpreendido e que a MP não terá efeito sobre os preços. A entidade defendeu a regra em vigor para o funcionamento do mercado de postos de revenda, que admite os modelos com e sem exclusividade de marca, como forma de garantir a origem aos clientes.

“Isso assegura aos consumidores de combustíveis de todo o país a garantia de que os produtos da marca estampada nos postos tenham origem na distribuidora com a qual o revendedor mantém uma parceria comercial”, afirmou. Os postos de combustíveis têm a opção de ostentar ou não marcas comerciais de distribuidora. Os chamados postos “bandeira branca” representam 47% do mercado.

A necessidade de instalação de novas bombas, tanques e sinalização nos postos para a venda de marcas diferentes deve implicar custos adicionais que serão repassados ao consumidor, disse uma fonte graduada do setor. “A MP foi uma forma de atropelar a ANP, que ainda não concluiu o processo de regulamentação”, acrescentou.

Segundo a fonte, em audiência pública em julho, diversas entidades da cadeia de distribuição e órgãos de defesa dos direitos do consumidor apresentaram posições contrárias à flexibilização da fidelidade à bandeira. “Não existem estudos de impacto econômico dessa medida, nada que comprove que vão ocorrer melhorias.”

A Casa Civil rebateu a acusação de “atropelo” no processo e informou que a MP prevê a regulamentação do tema pela ANP em até 90 dias. “Não há conflito ou antecipação de uma em relação à outra, mas, sim, complementariedade, com o objetivo de liberar o mercado de combustíveis para a busca de preços mais atrativos ao consumidor final”, afirmou em nota.

Na cerimônia, Bolsonaro afirmou que “a grande maioria dos usineiros” é favorável à venda direta de etanol aos postos, assunto que entrou no seu radar antes da campanha de 2018, mas que existe “gente importante” contra a medida. “Não é fácil, tem que quebrar resistências. Tem lobby, tem gente importante trabalhando contra.”

Em tom menos imperativo que antes, o presidente disse que a MP “não é garantia de que vai baixar o preço” dos combustíveis e que “se Deus quiser, tramitará sem percalços no Congresso Nacional”, onde um projeto de decreto legislativo com a mesma finalidade, apresentado em 2018, ainda não vingou.

Bolsonaro voltou a criticar governadores e a cobrar a fixação de alíquotas de ICMS nos Estados sobre combustíveis, gás de cozinha e energia. Ele sugeriu a criação de uma proposta para impedir a cobrança do imposto estadual sobre o valor da bandeira vermelha nas contas de luz. \$Os governadores cobram [o ICMS] em cima da bandeira, quem paga a conta sou eu”.\$

Produtores de etanol do Nordeste avaliaram que a MP moderniza o mercado e abre caminho para uma alternativa à exclusividade dos distribuidores. Entidades

calculam redução de R\$ 0,20 por litro do combustível com a venda direta e custo logístico até 30% menor na ponta de consumo.

Nesse modelo, os produtores vão concentrar o recolhimento de impostos federais, como PIS e Cofins, em um sistema dual de tributação para “mitigar o risco de sonegação fiscal”, afirmou o governo. Na venda via distribuidoras, a arrecadação continua separada. A criação de “duas formas de recolhimento” facilita desvios e dificulta a fiscalização, diz uma fonte.

“Trará maior competitividade, eficiência, desburocratização e agilidade, além de outras importantes rupturas para modernizar o mercado, com ganhos de consumo, proporcionando melhor remuneração aos produtores e preços mais atrativos aos consumidor”, disse Renato Cunha, presidente da Associação de Produtores de Açúcar, Etanol e Bioenergia (NovaBio).

A proposta ainda retira a isenção de tributos federais ao etanol anidro importado. As medidas entrarão em vigor no quarto mês após publicação da MP, prevista para hoje, para dar tempo aos Estados para se adaptarem em relação à cobrança do ICMS e cumprirem o prazo de 90 dias conforme a lei.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Você não vai acreditar na tecnologia e na proteção que essa carteira lhe proporciona

CARTEIRA KNUPI

Saiba Mais

LINK PATROCINADO

A forma mais rápida de abrir um vinho (sem quebrar a rolha).

EASY WINE

LINK PATROCINADO

Por que os idosos estão delirando com essa Joelheira?

KNEE ELITE

Saiba Mais

LINK PATROCINADO

Baixe todas as as NFes emitidas contra sua empresa de Salvador automaticamente!

ARQUIVEI

Proposta não resolve problema da falta de progressividade

Para Bernard Appy, haverá redução de arrecadação do IR sobre empresas

Por Marta Watanabe — De São Paulo

12/08/2021 05h00 · Atualizado há 6 horas

A proposta apresentada pelo deputado Celso Sabino (PSDB-PA), relator da reforma do imposto de renda (IR), deve reduzir a carga tributária sobre renda no agregado e não melhora o problema da falta de progressividade do sistema atual, dizem analistas ouvidos pelo **Valor**. Isso, avaliam, distancia a proposta de um sistema que deveria ter carga maior sobre renda e menor sobre consumo e trabalho.

Uma alteração no IR teria que, estruturalmente, elevar ou no mínimo não diminuir a carga sobre renda, diz o economista Bernard Appy, diretor do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF). Ele aponta que haverá redução de arrecadação do IR sobre empresas. Na proposta do relator a alíquota básica de 15% do IR das pessoas jurídicas deve cair para 6,5% em 2022 e para 5,5% em 2023. O relator manteve a tributação sobre dividendos em 20%. “Há uma certeza de redução na tributação do IR das pessoas jurídicas, mas não se sabe em quanto a distribuição de dividendos cairá a partir do momento em que houver a tributação de 20%.”



Como mantém a isenção do IR de dividendos para até R\$ 20 mil mensais, na regra geral, diz Appy, a proposta grava distorções existentes hoje e continua estimulando a pejetização. Com as novas alíquotas do relator, a carga para o sócio de empresa do lucro presumido com faturamento de R\$ 25 mil mensais cai dos atuais 9,6% para 5,2%, calcula ele. A conta considera a alíquota básica de 5,5% de IR de e 7,5% de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), conforme proposta por Sabino. Atualmente a alíquota de CSLL é de 9%. A conta de Appy é feita com base presumida de 32% já aplicada ao setor de serviços e um lucro de 80% do faturamento.

Eduardo Fleury, tributarista sócio do FCR Law, diz que o debate hoje em torno da tributação sobre dividendos mostra que a chamada “classe média” também deve ser atingida por ela e não somente os “ricos”, como é comum dizer. Uma solução para esse efeito da pejetização, diz ele, seria tributar dividendos de forma progressiva, talvez numa tabela específica para essa renda.

Um ponto positivo, diz Fleury, é que no texto do relator a carga de IR envolvendo tributação sobre empresa e dividendos soma 38,4%, bem mais razoável que os 43% da proposta inicial do governo federal. A cobrança do imposto na distribuição de dividendos entre empresas praticamente acaba, o que é outra boa notícia, mas a tributação mantida sobre lucros distribuídos ao exterior joga contra a atração de investimentos, avalia.

A redução de alíquota do IR sobre empresas, diz Appy, também tem impacto no equilíbrio federativo, o que explica a resistência de Estados e municípios em relação ao texto do relator. “Mesmo com parte da redução agora na CSLL, mais da metade do custo de redução de carga da tributação sobre lucro das empresas será arcada por Estados e municípios.”

Para Sergio Gobetti, especialista em contas públicas, alguns pleitos dos Estados, como uma redução na alíquota adicional de IR das empresas em vez da diminuição na alíquota básica da pessoa jurídica faz sentido. Isso porque a alíquota adicional é

cobrada apenas sobre rendimentos acima de R\$ 240 mil anuais. Manter a alíquota de 15% para empresas com lucros até esse valor evitaria perda maior de arrecadação e também não concederia uma redução de carga de IR para uma faixa de empresas que estará também com isenção de dividendos.

Appy destaca ainda que há pelos menos duas medidas que permitem pedalada fiscal na reforma do IR, uma que já estava na proposta do governo e outra incluída pelo relator. Appy se refere à possibilidade de atualizar valores dos imóveis e pagar 4% de IR sobre ganho de capital. “O que se permite é que a pessoa que ia pagar um imposto maior no futuro antecipe essa receita e pague um IR menor. Isso é claramente uma pedalada fiscal porque antecipa para esse governo receita que seria cobrada em alíquota mais alta nos governos seguintes.” Outra medida com mesmo efeito, diz Appy, foi adicionada ao texto pelo relator. O economista fala da possibilidade de atualização a valor de mercado de ativos do exterior com pagamento de IR de 6%. A alíquota sobre ganho de capital seria de 15% a 22%, dependendo do valor, destaca.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Aproveite! Frete grátis para todo o Brasil o seu Diatena - sérum preenchedor de rugas

DIATENA OFICIAL

LINK PATROCINADO

Sérum preenchedor de rugas com desconto em Salvador

DIATENA OFICIAL

LINK PATROCINADO

Você não vai acreditar na tecnologia e na proteção que essa carteira lhe proporciona

CARTEIRA KNUP

Saiba Mais

LINK PATROCINADO

Por que os idosos estão delirando com essa Joelheira?

KNEE ELITE

Saiba Mais

LINK PATROCINADO

Bomba portátil vira sensação em Salvador.

BOMBA SMART PRO

Saiba Mais

Governo e Lira querem aprovar texto que ninguém conhece

Não faz sentido que se vote um tema tão complexo e de tamanha relevância para o país em questão de horas, sem o mínimo de transparência, discussão e reflexão sobre os impactos de primeira, segunda e terceira ordens das mudanças

Por Fernando Torres — De São Paulo

12/08/2021 05h00 · Atualizado há 6 horas

O governo do presidente Jair Bolsonaro e o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), estão cometendo uma grande irresponsabilidade na condução do projeto de reforma do Imposto de Renda.

Não faz sentido que se vote um tema tão complexo e de tamanha relevância para o país, que afetará 100% dos contribuintes brasileiros, sem o mínimo de transparência, discussão e reflexão sobre os impactos de primeira, segunda e terceira ordens das mudanças.

Já seria pouco tempo para análise se a proposta do Ministério da Economia, apresentada no dia 25 de junho, fosse colocada para votação nesta semana sem nenhuma alteração.

Mas é pior. Como o texto inicial foi largamente rechaçado, ele precisou passar por grandes alterações - o que não significa que tenha melhorado.

Aliás, é difícil até para os especialistas opinarem, dado que ninguém conhece profundamente o texto final, que foi gestado em reuniões a portas fechadas que entraram pela madrugada.

A quem interessa essa pressa?

Além de afetar seu potencial de crescimento econômico, o sistema de impostos de um país é um dos pilares da democracia. Afinal, quando o Estado “impõe” a cobrança de valores sobre seus cidadãos ou empresas, é preciso que haja um mínimo de concordância sobre quanto, como e de quem será cobrado, e sobre como o bolo será distribuído entre as esferas de governo (sem falar em como ele será gasto posteriormente).

Como se colocar em votação um projeto sem saber como todas essas variáveis serão afetadas?

O governo reconheceu que a proposta inicial aumentava o “quanto”. Para recapitular, no principal ponto do projeto, em vez de se cobrar 34% sobre o lucro das grandes empresas em uma única fase, o governo passaria a cobrar 29% na pessoa jurídica e mais 20% do lucro distribuído ao acionista na ponta.

Fazendo as contas, a carga total oscilaria de 43,2% a 32,6% num cenário de distribuição de 100% e 25% do lucro, respectivamente. Na proposta que se falava até anteontem, que gerou temor pela renúncia fiscal elevada, a tributação da pessoa jurídica cairia para 21,5%, com o intervalo da carga total sobre o lucro caindo para 37,2% e 25,4% nos dois cenários. Na proposta da madrugada, agora a carga sobre a empresa cairia para 23% na melhor das hipóteses, e o peso total ficaria entre 38,4% e 26,9%.

Se essa medida está bem calibrada e vai manter a carga total, conforme prometido pelo governo? Ninguém sabe. Nem o melhor dos economistas consegue, em tão pouco tempo, estimar ou confrontar os dados de ganho e perda de arrecadação que o governo (nem sempre) apresenta.

Assumindo que a neutralidade esteja garantida, ainda há a questão da repartição do bolo (dado que Estados e municípios alegam que estão sendo prejudicados) e do “quem” deve pagar e “como”.

A piora do “como” está assegurada pelo texto, e a conta do “quem” deve recair sobre a classe média e média alta, com exceção daqueles que conseguirem “se tornar empresários” pelo Simples e garantir subtributação sobre salários disfarçados de lucro.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Por que os idosos estão delirando com essa Joelheira?

KNEE ELITE

Saiba Mais

LINK PATROCINADO

Você não vai acreditar na tecnologia e na proteção que essa carteira lhe proporciona

CARTEIRA KNUP

Saiba Mais

LINK PATROCINADO

Garanta a sua enquanto há estoque disponível

KNEE ELITE

LINK PATROCINADO

Dores na lombar e ciático. Esse assento ortopédico é um alívio imediato.

MELHOR POSTURA

LINK PATROCINADO

Se você faz a barba todo dia, você precisa disso!

G3 NOTÍCIAS

Leia Mais

LINK PATROCINADO

O queridinho dos homens de bom gosto está de volta.

Debate sobre tributação afeta FIIs

Maiores quedas em 2020 foram registradas nos fundos de shopping centers e de lajes corporativas

Por Jiane Carvalho — Para o Valor, de São Paulo

12/08/2021 05h01 · Atualizado há 6 horas

Queda forte e lenta recuperação

Desempenho dos FIIs negociados na B3 por segmento*

■ Índice de Fundos Imobiliários Amplo

	Retorno	Dividend yield
2019	33,67%	7,55%
2020	-9,55%	5,03%
2021 **	-4,15%	7,66%

■ Índice de Fundos Imobiliários de Papel

	Retorno	Dividend yield
2019	29,55%	7,57%
2020	-0,78%	6,17%
2021 **	3,86%	7,66%

■ Índice de Fundos Imobiliários de Logística

	Retorno	Dividend yield
2019	51,8%	6,16%
2020	-8,50%	4,96%
2021 **	-8,50%	6,20%

■ Índice Fundos Imobiliários de Lajes Corporativas

	Retorno	Dividend yield
2019	32,36%	6,59%
2020	-22,18%	5,37%
2021 **	-8,7%	7,50%

■ Índice de Fundos Imobiliários de Shopping

	Retorno	Dividend yield
2019	38,35%	6,86%

■ Índice de Fundos Imobiliários Híbridos

	Retorno	Dividend yield
2019	40,94%	9,24%

2020	-16,8%	2,90%
2021 **	-6,05%	4,16%

2020	-10,55%	5,35%
2021 **	-6,29%	6,92%

IFIX

	Retorno	Dividend yield
2019	35,98%	7,63%
2020	-10,24%	5,09%
2021 *	-4,02%	7,95%

Fonte: Teva Índices * Foram ponderadas a participação de cada FII em seu segmento e com limite de exposição de 10% por emissor. Foram excluídos os FIIs monoativos e os com 50% em outros fundos, considerados FOF. Para cada um dos ativos que compõem os fundos, foi calculado o retorno e dividend yield para, em seguida, compor o resultado de acordo com o peso médio de cada ativo dentro dos índices, respeitando os rebalanceamentos periódicos quadrimestrais. ** Primeiro semestre

Não faltaram momentos de turbulência para os Fundos de Investimentos Imobiliários (FIIs) no primeiro semestre, justamente quando a expectativa era de recuperação dos produtos negociados na B3 após um 2020 marcado por queda nas cotas e menor pagamento de dividendos, principalmente nos fundos de shoppings e de lajes corporativas.

Não bastasse o prolongamento da pandemia, a proposta de reforma tributária também pesou. A ideia de tributar em 15% os dividendos pagos pelos FIIs, que mobilizou gestores e analistas de investimentos durante semanas, deixou as cotas instáveis.

Este cenário foi mais um capítulo das dificuldades enfrentadas pelos FIIs negociados na bolsa desde que a covid-19 se instalou, derrubando as cotas. As maiores quedas foram registradas nos fundos de shopping centers e de lajes corporativas, que têm recuperação lenta e ainda seguem descontados - com um valor na bolsa inferior ao valor patrimonial. Já os fundos de papel, cujas carteiras são compostas de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs), foram o ponto alto da indústria no ano passado e continuam puxando o desempenho dos FIIs. Outro destaque de 2020, os fundos logísticos perderam um pouco o fôlego.

Na análise do desempenho dos FIIs, o ponto comum dos discursos fala da importância de o investidor separar o que é dividendo do valor da cota na B3. Na visão do analista da Mauá Capital, Brunno Bagnariolli, o ano passado não foi tão ruim porque os pagamentos foram mantidos, com exceção de alguns fundos de shoppings. "Se você tivesse uma carteira com todos os fundos que compõem o IFIX,

mesmo o índice tendo caído 10% na B3, teria recebido em dividendos uma rentabilidade de 7,5%, o que é bom comparado ao CDI ou mesmo a uma NTN-B de cinco anos”, explica Bagnariolli. “A perspectiva dos FIs segue muito boa. Tem entrado recurso de estrangeiros e institucionais cujo cheque é maior e tende a exercer uma pressão de alta nas cotações.”

O volume captado pelos FIs corrobora com a tese de que o produto segue atrativo. Após engordar o patrimônio em R\$ 35 bilhões em 2020 com novas emissões, neste ano, até junho, foram captados mais R\$ 26,8 bilhões, 44,8% acima de igual período do ano passado. “O movimento deste ano, novamente com o IFIX caindo e as cotas com dificuldade em se recuperar, é o mesmo, porém menos extremado”, comenta André Freitas, CEO da Hedge Investments, acrescentando que dá para fechar 2021 com R\$ 40 bilhões captados, puxados novamente pelos fundos de papel. Após cair 4,01% no primeiro semestre, o IFIX mostra recuperação, fechando julho com recuo acumulado de 1,51%.

Levantamento feito pela Teva Índices a pedido do **Valor** revela o tamanho do descasamento entre a queda nas cotações e o dividendo pago aos cotistas, que foi pouco alterado. No índice Teva de FIs de lajes corporativas, após uma alta na bolsa de 32,36% em 2019, houve queda de 22,18% no ano passado e novamente recuo de 8,7% no primeiro semestre deste ano. Já o dividend yield do índice de FIs de lajes oscilou pouco, de 6,5% para 5,37% e agora chegando a 7,5%. A maior queda no valor mensal pago aos cotistas ocorreu nos fundos de shoppings. No índice elaborado pela Teva, houve recuo a 2,90% no ano passado, subindo neste ano, até junho, a 4,16%.

Para o chefe de pesquisa em FIs da Suno Research, Marcos Baroni, outro fator que pesa sobre as cotas é a alta da Selic. “Em 2019, com o juro a 6,50% ao ano, todos queriam comprar fundo imobiliário que subiram forte na bolsa. Agora que o juro pode subir até este mesmo patamar, o investidor faz uma avaliação errada dos produtos, o que não deixa as cotas se recuperarem.” Na visão de Baroni, a proposta de tributar os fundos prejudicou, ao sinalizar que o investidor receberia menos de rendimento.

O CEO da Zurich Santander, gestora com fundos de tijolo (exceto shopping) e de papel, reforça a mensagem de que é um erro achar que os juros altos prejudicam os FIs. “O produto imobiliário tem lastro, ou seja, se a inflação é alta e os juros sobem o

patrimônio alocado na carteira, pode ser um prédio comercial ou galpão logístico, é corrigido. O cotista segue em um fundo com patrimônio valorizado e ainda tem o rendimento mensal pago em 6% ou 7%, o que é muito bom”, comenta Gilberto Abreu.

Ele destaca a necessidade de o investidor olhar para as cotas baixas como oportunidade de compra. “Shopping e lajes são onde estão as oportunidades.”

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

As facas mais afiadas do mundo assustam qualquer um!

CHURRASKING 2

LINK PATROCINADO

Por que os idosos estão delirando com essa Joelheira?

KNEE ELITE

Saiba Mais

LINK PATROCINADO

Se você faz a barba todo dia, você precisa disso!

G3 NOTÍCIAS

Leia Mais

LINK PATROCINADO

Garanta a sua enquanto há estoque disponível

KNEE ELITE

LINK PATROCINADO

Sérum preenchedor de rugas com desconto em Salvador

DIATENA OFICIAL

LINK PATROCINADO

Você não vai acreditar na tecnologia e na proteção que essa carteira lhe proporciona

CARTEIRA KNUP

Saiba Mais

"Não continuem nos provocando", diz Bolsonaro em novo ataque a ministros do STF

VALOR INVESTE

Analistas criticam “saída fácil” para “regra de ouro”

Economistas sugerem revisão efetiva dos gastos públicos e até revogação da norma como parte de um processo de harmonização das regras fiscais

Por Mariana Ribeiro — De Brasília

12/08/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

Na prática, a “regra de ouro” já não vem cumprindo seu papel há algum tempo, mas, com a saída incluída na proposta de emenda à Constituição (PEC) dos Precatórios, o governo busca um “caminho fácil”, que não resolve o problema, avaliam economistas. Para eles, há outras formas de lidar com a situação, que vão desde a revisão efetiva dos gastos públicos até a revogação da norma, como parte de um processo de harmonização das regras fiscais.

O governo inseriu na PEC um dispositivo que libera o Executivo do cumprimento da regra de ouro, que prevê que o governo não pode se endividar para bancar gastos correntes, via autorização já na Lei Orçamentaria Anual (LOA). Hoje, quando vai descumprir a regra, o governo precisa, durante o ano, solicitar abertura de crédito ao Congresso para cobrir a insuficiência e garantir pagamentos de salários de servidores, aposentadorias e pensões. É necessária aprovação por maioria absoluta.

Para o diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), Felipe Salto, a regra é importante, mas sua aplicação foi mal feita ao longo do tempo. Segundo ele, houve “poluição” nos dois lados da equação: dos investimentos, com inclusão de outras despesas, e das operações de crédito, com contabilização de itens como as transferências do BNDES e do lucro do Banco Central. “A regra não tem funcionado para controlar a dívida e estimular o investimento.”

Salto afirmou que, com a mudança proposta, o governo está anulando a efetividade da regra, mas esse não é necessariamente o problema. “A regra não estava boa. Agora, a forma pela qual o governo está fazendo a mudança é péssima”, disse.

Para ele, duas opções seriam mais adequadas: revogar explicitamente a norma justificando o motivo ou melhorar a definição do que é contabilizado no cálculo de cumprimento.

Pesquisadora da área de Economia Aplicada do FGV Ibre, Juliana Damasceno disse que a alteração neutraliza uma regra fiscal que é importante principalmente em momento de alto endividamento. Para ela, a norma vem sendo desrespeitada há alguns anos, mas a solução passaria pela revisão da estrutura de despesa.

“Temos muito mais a ganhar mantendo a ‘regra de ouro’ e tentando evitar que a gente precise burlá-la do que criando um ‘contorno’”, afirmou. Para ela, a PEC traz soluções de curto prazo e que geram insegurança. Os limites das regras fiscais estão sendo “alargados” e o país pode terminar com um arcabouço fiscal “que não serve para nada”.

Após a apresentação da PEC, o analista do Senado Federal e especialista em contas públicas Leonardo Ribeiro avaliou que a Constituição de 1988 trouxe uma “liturgia mais densa” para a “regra de ouro” e que, com a mudança, ela se tornaria uma norma para “inglês ver”.

Frente a uma sequência de déficits primários, desde 2019 o governo precisa do aval do Congresso para descumprir a “regra de ouro”. Neste ano, o pedido de crédito foi de R\$ 164 bilhões. O Ministério da Economia afirmou que a mudança gera “mais agilidade” e contribui “para melhorar a gestão do gasto”. A pasta defende que há alteração apenas no momento em que se dá a autorização para descumprimento da regra.

Salto destacou que as regras fiscais do país “não estão conversando” e que é meritório discutí-las. Não é adequado, no entanto, fazer isso durante a pandemia. A PEC dos Precatórios, acrescentou, é uma burla ao teto de gastos. Juliana acredita ainda que o parcelamento de precatórios “abre a porteira” para outras medidas perigosas no médio e longo prazos. “Não sou contra mexer no teto de forma transparente, mas a cada semana tem uma desculpa nova para isso.”

veículo: Varela Net	
Data: 12/08/2021	



CIDADE

Petrobras sobe preço da gasolina nas refinarias

Combustível já subiu 51% só em 2021



Foto: Tânia Rego/Agência Brasil | Por Everton Santos no dia 12 de agosto de 2021 às 08:40

Nesta quinta-feira (12), a Petrobrás fez um reajuste no preço da gasolina nas refinarias. Já o diesel segue com o mesmo valor.

O preço médio do litro da gasolina sobe de R\$ 2,69 para R\$ 2,78, uma alta de 3,3%.

No acumulado do ano, a gasolina da Petrobras já subiu cerca de 51% enquanto o diesel avançou cerca de 40%.

O repasse dos reajustes nas refinarias aos consumidores finais nos postos não é garantido, e depende de uma série de questões, como margem da distribuição e revenda